

ARIETE ODETE DAL LAGO

**PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA PARA
O DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS (PRODECER II)
NA COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS
DO PARAÍSO E REGIÃO (COPPER), NA CONJUNTURA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL - PARAÍSO DAS ÁGUAS-MS
(1985-2012)**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2014**

ARIETE ODETE DAL LAGO

**PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA PARA
O DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS (PRODECER II)
NA COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS
DO PARAÍSO E REGIÃO (COPPER), NA CONJUNTURA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL - PARAÍSO DAS ÁGUAS-MS
(1985-2012)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Mestrado Acadêmico, da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Profª. Drª. Maria Augusta de Castilho.



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2014**

Ficha Catalográfica

Dal Lago, Ariete Odete

D144p Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos cerrados (PRODECER II) na Cooperativa dos Produtores Agropecuários do Paraíso e Região (COPPER), NA CONJUNTURA DO desenvolvimento local - Paraíso das Águas - MS (1985-2012) / Ariete Odete Dal Lago; orientação Maria Augusta de Castilho. 2014
89 f.

Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

1. Desenvolvimento local 2. Cooperativismo - Cooperativas agropecuárias I. Castilho, Maria Augusta de II. Título

CDD - 338.098171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER II) na Cooperativa dos Produtores Agropecuários do Paraíso e Região (COPPER), na conjuntura do desenvolvimento local - Paraíso das Águas - MS (1985-2012)

Área de concentração: Desenvolvimento Local em contexto de territorialidade

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Local, Cultura, Identidade e Diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de defesa aprovado em: 28/02/2014

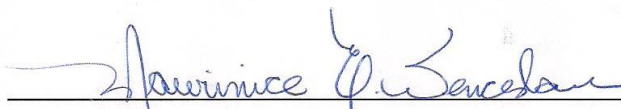
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco



Profº Drº Pedro Pereira Borges
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Maurinice Evaristo Wenceslau
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dedico a todos os meus familiares que, mesmo longe, estiveram presentes e se fazendo presente, juntos sempre se preocuparam em estimular meu crescimento. Essas pessoas, com muita sabedoria e dedicação sempre estiveram ao meu lado encorajando-me nas horas difíceis e aplaudindo-me nos momentos de alegria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me iluminou durante esta caminhada.

A todos que compartilharam este caminho percorrido, contribuindo, direta e indiretamente, para que eu realizasse esta pesquisa, auxiliando-me e dando-me forças nos momentos de que mais precisei.

Ao meu esposo, ALDERI que, de forma especial e carinhosa, me incentivou, apoiando-me nas dificuldades.

Aos meus filhos, ANDRÉ, ANDERSON E ALDERI JUNIOR, que me levaram a buscar mais conhecimentos.

A minha orientadora Prof^a Dr^a MARIA AUGUSTA DE CASTILHO, tão importante quanto membro da minha família pela conduta necessária do saber e por valorizar o aprendizado.

Aos membros da Banca Examinadora - Prof^a Dr^a MAURINICE EVARISTO WENCESLAU e Prof. Dr. Pe. PEDRO PEREIRA BORGES, pelas sugestões e discussões construtivas dadas ao trabalho.

A todos os meus irmãos e irmãs, mas, em especial, a ADENAUER NESTOR HELBICH, por compartilhar a ideia do título desta dissertação.

A meus pais, ALZIRA AMANDA e ALBANO, a quem eu louvo todas as noites a minha existência.

“Um dos maiores valores de uma organização,
é o seu capital de cooperação”.

(João Alberto Catalão, 2009)

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a influência do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER II na comunidade Paraíso das Águas (MS) para o Desenvolvimento Local, no período de 1985-2012. O estudo foi desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado, na área de concentração em Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades, na Linha de Pesquisa 1 - Desenvolvimento local: cultura, identidade e diversidade, da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. A pesquisa foi realizada pelo método dedutivo (análise do geral para o particular), com entrevista dirigida aos agricultores do extinto PRODECER II, atualmente cooperados da Cooperativa dos Produtores Agropecuaristas do Paraíso e Região Ltda - COPPER. O PRODECER é considerado um projeto piloto da agricultura do cerrado brasileiro e visa à “base de desenvolvimento” da vasta fronteira agrícola. A avaliação do programa, apesar dos problemas do PRODECER II, é extremamente positiva. Os cooperados se apoiam às ações voltadas para o planejamento, financiamento e seguro da produção que constituem a base da política do Ministério da Agricultura, visto que a forma de um território é consequência da combinação de estratégias de desenvolvimento adotadas por um conjunto de atores socioeconômicos e/ou por algum ator específico que o compõe. Supõe-se que, dentro do contexto de desenvolvimento, cada vez mais se faz necessária a discussão da importância do capital social como um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento local acontecer. As considerações demonstram que o grau de reflexibilidade dos 36 colonos é imensamente variável; há momentos do ciclo da vida, da classe social, do histórico familiar, bem como, a ausência do convívio familiar, mas sempre com o objetivo de incorporar na comunidade suas conquistas e transformações. Os indicadores do cooperativismo do Centro-Oeste são, em geral, positivos. O estudo revelou que a COPPER, está se destacando como desenvolvimento local e com o cooperativismo local para a região.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Desenvolvimento Local. Cooperativismo Agropecuário. PRODECER II.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the influence of Japanese-Brazilian Program of Development Cooperation of the Savannas - PRODECER II in Paraíso das Águas (MS) community to the Local Development for the period 1985-2012. The study was conducted at the Postgraduate Programme in Local Development - Master's degree in the area of concentration in local development in the context of territoriality on Line 1 Research - Local development: culture, identity and diversity, the Catholic University Dom Bosco - UCDB . The survey was conducted by the deductive method (analysis of the general to the particular), direct interviews with farmers of the extinct PRODECER II, the cooperative currently Producers Cooperative Ltd. and ranchers Paradise Region - COPPER. The PRODECER is considered a pilot project for agriculture in the Brazilian cerrado and aims at "base development" of the vast agricultural frontier. The evaluation of the program, despite the problems of PRODECER II, is extremely positive. The cooperative is to support actions for planning, financing and insurance of production that constitute the basis of the Ministry of Agriculture policy, because the form of a territory is a result of the combination of development strategies adopted by a set of socio-economic actors and / or for a specific actor who compose it. It is assumed that, within the context of development, increasingly is necessary to discuss the importance of social capital as a key aspect for local development happen. The considerations show that the degree of reflectivity of the settler 36 is greatly variable; There are moments in life, social class, family history cycle as well as the absence of family life, but always with the goal of incorporating the community their achievements and transformations. Indicators of cooperatives in the Midwest are generally positive. The study revealed that the COPPER, is emerging as local development and the local cooperatives in the region.

KEYWORDS: Territory. Local Development. Agricultural Cooperatives. PRODECER II.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Área de abrangência do Cerrado brasileiro	Erro! Indicaç
Figura 2	- Mapa do Cerrado brasileiro	Erro! Indicaç
Figura 3	- Expansão da fronteira	Erro! Indicaç
Figura 4	- PRODECER II - Paraíso das Águas (MS).....	Erro! Indicaç
Figura 5	- Criação de gado	Erro! Indicaç
Figura 6	- Plantio de soja.....	Erro! Indicaç
Figura 7	- Plantação de seringueira.....	66
Figura 8	- Posto de Saúde da comunidade	Erro! Indicaç
Figura 9	- Escola Municipal	Erro! Indicaç
Figura 10	- Campo de futebol	Erro! Indicaç
Figura 11	- Igreja	Erro! Indicaç
Figura 12	- Casa antiga da comunidade.....	Erro! Indicaç

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADM	- Archer Daniels Midland
AGO	- Assembleia Geral Ordinária
BASAGRO	- Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
CAMAS	- Cooperativa Mista Agrícola de Alvorada do Sul
CAMPO	- Companhia de Promoção Agrícola
CEVAL	- Cereais do Vale S/A.
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
COOPGRANDE	- Cooperativa Agrícola de Campo Grande Ltda.
COPEMA	- Federação de Produtores de Mate Amambai Ltda.
COPPER	- Cooperativa dos Produtores Agropecuaristas do Paraíso e Região Ltda.
COTRIJUI	- Cooperativa Agropecuária & Industrial
COTRISA	- Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo Ltda.
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
INSS	- Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	- Instituto de Planejamento e Economia Aplicada
JADECO	- <i>Japam-Brasil Agricultural Development Corporation</i>
JICA	- Instituto de Cooperação Internacional
MS	- Mato Grosso do Sul
OCB	- Organização das Cooperativas Brasileiras
OCB-MS	- Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
PRODECER	- Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
SESCOOP	- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Erro! Indicaç
1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	Erro! Indicaç
1.1 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO AGRÍCOLA	Erro! Indicaç
1.2 DIRETRIZES DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E JAPÃO	Erro! Indicaç
1.3 ASPECTOS TEÓRICOS: PRODECER, PRODECER II E A COOPER	Erro! Indicaç
1.3.1 Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER	Erro! Indicaç
1.3.2 Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER II	Erro! Indicaç
1.3.3 Cooperativa dos Produtores Agropecuaristas do Paraíso e Região - COPPER	Erro! Indicaç
2 CONCEITOS AUXILIARES QUE FUNDAMENTAM A BASE TEÓRICA DA LOCALIDADE ESTUDADA	Erro! Indicaç
2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	Erro! Indicaç
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL	Erro! Indicaç
2.3 A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	Erro! Indicaç
3 COOPERATIVISMO	Erro! Indicaç
3.1 COOPERATIVISMO NO BRASIL	Erro! Indicaç
3.2 COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO EM MATO GROSSO DO SUL	Erro! Indicaç
3.3 REDE DE COOPERAÇÃO PRODUTIVA - COOPERAÇÃO NO SETOR AGROPECUÁRIO	Erro! Indicaç
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	Erro! Indicaç
4.1 A COPPER E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL ..	Erro! Indicaç
4.2 COMUNIDADE LOCAL	Erro! Indicaç
4.3 ANÁLISE DAS ATAS DAS ASSEMBLEIAS ORDINÁRIAS DA COPPER	Erro! Indicaç
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicaç
REFERÊNCIAS	Erro! Indicaç

INTRODUÇÃO

As tendências mundiais que permeiam o processo de globalização da sociedade exigem novas formas e alternativas de organização da sociedade. A realidade do trabalho e seus vínculos com os aspectos sociais, políticos, econômicos e educativos também apresentam novas perspectivas, potencialidades e desafios, que necessitam da participação efetiva das pessoas na busca de alternativas economicamente viáveis, tecnicamente exequíveis, socialmente desejáveis e justas e ambientalmente corretas.

O cooperativismo tem suas origens na Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra do século 18 (época em que a mão de obra perdeu grande poder de troca, e com baixos salários e longa jornada de trabalho acarretaram muitas dificuldades socioeconômicas para a população), sendo uma das formas mais avançadas de organização da sociedade. Assim, decorridos 150 anos desde a criação da primeira cooperativa, já se contabilizam mais de 700 mil delas em todo o mundo e representam a possibilidade de superar dificuldades em torno de necessidades e objetivos comuns à classe trabalhadora e de diferentes categorias profissionais e segmentos produtivos. A cooperação, na expressão e dos fundamentos do cooperativismo¹, está presente na sociedade desde as mais primitivas formas de organização dos seres humanos.

Historicamente, essa forma de organização socioeconômica, na agropecuária, vem gerando respostas para a origem de oportunidades trazendo efeitos múltiplos como instalação de novos agricultores vindos de várias regiões do Brasil; despertando ainda o interesse local de fixar moradia, resultando em uma estrutura econômica e social, beneficiando a comunidade com estradas, energia elétrica, comunicação, educação, saúde, arrecadação de impostos e geração de

¹ Os estudos de Masy (1992), baseados em documentos originais dos Jesuítas, apontam para 1.627, como sendo o ano de fundação da primeira cooperativa, na forma de redução jesuítica, de índios Guarani, em terras da América do Sul.

emprego, entre outros. As possibilidades de aplicação das ideias cooperativistas não estão limitadas às dimensões legais ou formais da sociedade, e, desse modo, podem trazer contribuições fundamentais para a transformação das relações de trabalho e melhoria da qualidade de vida da população.

O objetivo deste estudo foi analisar a influência do PRODECER II na comunidade Paraíso das Águas (MS)² para o Desenvolvimento Local, no período de 1985-2012. Para tanto foi necessário levantar os antecedentes históricos do PRODECER II; identificar o perfil das comunidades que fizeram parte no PRODECER II; levantar os antecedentes da COPPER; identificar o perfil dos cooperados da COPPER, o complexo rural e a constituição do complexo agropecuário cooperativista; determinar as características da cooperativa agropecuarista e também o complexo rural; verificar como é a organização do arranjo produtivo para aproveitamento das potencialidades locais e, consequentemente, desenvolvimento centrado na comunidade local e analisar o grau de dependência da COPPER com o poder público. Logo, buscando responder as perguntas em questão: Qual a influência das Políticas Públicas do PRODECER II na comunidade Paraíso das Águas (MS)? A cooperativa foi um desafio ou uma vantagem para a comunidade? A COPPER atingiu a dinâmica e as estratégias para a agropecuária considerando a importância do desenvolvimento local?

O estudo foi desenvolvido pelo método dedutivo (análise do geral para o particular), que pressupõe a razão como única forma de chegar ao conhecimento verdadeiro, com abordagem qualitativa, pesquisa de campo e aplicação de questionário para obtenção dos dados e, posteriormente, revisão bibliográfica, por meio de livros, artigos, internet, atas das Assembleias Ordinárias da COPPER, entre outros. As limitações do trabalho são espaciais que pós-plebiscito³ tornou-se município Paraíso das Águas, MS, onde atua a COPPER. O município conta com outras atividades, não serão destacadas neste trabalho. Após a coleta, os dados

² A pesquisa foi realizada na localidade, envolvendo o período de 1985-2012, mas vale ressaltar que o município Paraíso das Águas foi emancipado por Lei Estadual no dia 29 de setembro de 2003 (WIKIPEDIA, 2014).

³ O município de Paraíso das Águas foi emancipado pelo governo estadual em 2003 após a realização de plebiscito em Água Clara, Costa Rica e Chapadão do Sul. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS), o ato foi aprovado por 96,34% dos eleitores. Entretanto, o decreto de emancipação foi questionado judicialmente pela prefeitura de Água Clara, que alegava prejuízo na economia por conta da perda de território. O impasse durou até dezembro de 2009, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou válido o decreto estadual que dava autonomia a Paraíso.

foram sistematizados de forma a caracterizar a importância da cooperativa e seus impactos no desenvolvimento local.

Sendo assim observa-se a COPPER tem sua constituição jurídica baseada na Lei n. 5.764/1974⁴. Essa lei não será estudada no presente trabalho isoladamente e nem considerada por si só. Serão levados em consideração: o modelo de gestão, os processos de administração e a interação com os associados com a comunidade local.

Nesse sentido, o público-alvo do programa foram os médios agricultores associados à cooperativa com características de capacidade de adoção tecnológica, tanto gerencial quanto de produção, com espírito empreendedor, que conduzissem o projeto a atingir os objetivos do programa.

Com relação às informações da pesquisa de campo, somente foram contemplados os pontos abordados no questionário aplicado, não se aprofundando a análise da região.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos que abrange: 1 - Antecedentes históricos; 2 - Conceitos auxiliares que fundamentam a base teórica da localidade estudada; 3 - Cooperativismo, analisando as redes de cooperação produtiva e 4 - Análises e interpretação dos dados coletados e as Considerações Finais.

⁴ Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais. Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O processo histórico de colonização e consolidação do território brasileiro tem-se pautado na exploração predatória de seus recursos naturais, afetando negativamente a qualidade e a disponibilidade dos recursos hídricos, principalmente, os superficiais. Vastas extensões de matas exuberantes foram simplesmente suprimidas ao longo dos séculos para dar espaço à agricultura, pecuária e mineração (RIBEIRO *et al.*, 2005).

Oliveira (2009, p. 1) acrescenta dizendo que a origem do cerrado⁵ coincidiu com a maior vulnerabilidade da região a incêndios naturais e aponta que estudiosos retratam a formação do cerrado sendo consequência do fogo, como cita:

O fogo teve ação importante na concepção da flora do cerrado brasileiro. Essa é a conclusão de um estudo publicado esta semana na *PNAS* por uma equipe internacional de pesquisadores, que conta com a participação de brasileiros da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A pesquisa indica que os incêndios naturais são um dos motivos que fizeram do cerrado a savana tropical com maior biodiversidade do mundo.

Ainda, segundo a autora, a suposição dos autores da pesquisa é que a procedência do bioma vem a se assemelhar com o aumento de gramíneas (ervas de pequeno porte) sobre o local, ocasionando assim, alterações no clima há uns dez milhões de anos, agenciando também o alargamento da savana⁶ em outros espaços

⁵ Cerrado: significa extensa área de Planalto Brasileiro localizada nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, onde predominam climas semi-áridos de terras arenosas ligeiramente onduladas, de baixa fertilidade com elevada acidez e cobertas por vegetações: árvores retorcidas de baixo a médio porte (CÂMARA DO JAPÃO, 2012).

⁶ Savanas são vegetações típicas de locais com estação seca bastante longa, queimadas constantes, e em regiões de clima tropical [...] (no Brasil, faz transição com todos os outros biomas exceto os pampas). Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/savanas>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

no mundo. As gramíneas são consideradas muito abrasáveis, logo, proporcionando ao futuro cerrado certa fragilidade a propensos incêndios.

Deste modo, é percebido que as plantas se adaptam ao novo clima que se tornou mais secos e ainda mais resistentes ao fogo, portanto, possibilitando a mais oportunidades de resistência na região, que visivelmente, esta adaptação não foi difícil, uma vez que o aparecimento do cerrado foi pertinentemente acelerado, quando confrontado aos outros biomas (OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Rocha (1997), a segunda maior formação vegetal (2 milhões de km²), é o cerrado brasileiro, que ocupa cerca de 20% do território nacional, estendendo-se por todo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Tocantins; a maior parte de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Buschbacher (2000) vem corroborar dizendo que a ocupação do Cerrado do Brasil apresentou início no século XVIII com a mineração, que utilizou um ciclo de exploração intensiva até o quase esgotamento das jazidas, o que resultou na decadência da atividade. A região passou por um período de estagnação até o início do século XX, e só na década de 30 desse século, com a construção de ferrovias, é que proporcionou um novo impulso nas atividades econômicas, possibilitando o comércio entre as regiões mais urbanizadas do País.

Complementa ainda expondo que as políticas públicas vêm a se destacar em meados da década de 1940, ocasionando na considerada “marcha para o oeste” no território brasileiro. De tal modo, na década de 1950 a marcha se estabilizou com a construção da Capital Federal, no centro do Cerrado (BUSCHBACHER, 2000).

A agricultura no Brasil, ganha ênfase no registro como, umas das fundamentais bases da economia do país, desde os primórdios da colonização até o século XXI, evoluindo das extensas monoculturas para a diversificação da produção. Enquanto outros países considerados como maior produtor agropecuário do mundo, já explora parte apreciável de sua área agricultável, o Brasil ainda possui de extensas áreas agricultáveis, mas esta também já vem dando espaço a agropecuária (IPEA, 2012).

A vegetação do Cerrado Brasileiro, segundo Caruso (1997), corresponde às savanas de outras regiões tropicais do planeta, apresentando cobertura vegetal intermediária entre o aberto e o fechado, classificando-se em quatro categorias, de acordo com a ordem crescente de biomassa: campo sujo, cuja vegetação é rasteira, formada por ervas e gramíneas; campo cerrado, com vegetação rasteira com raros

arbustos; cerrado com arbustos, árvores e vegetação rasteira; e ainda o cerradão com árvores de porte mais elevado bem próximas umas das outras.

Para Santos e Câmara (2002) o Cerrado é como um mosaico de tipos vegetacionais, abrangendo as formações abertas do Brasil Central; contendo campo limpo, campo sujo, campo cerrado, bem como o campo rupestre e ainda as formações florestais próprias, tais como a vereda, mata de galeria, cerradão e mata mesofílica (região entre as epidermes adaxial e abaxial das folhas dos vegetais, constituída principalmente por parênquima e percorrida pelo sistema vascular foliar).

Percebe-se que os autores apresentam ideias similares sobre a vegetação do Cerrado Brasileiro incorporando, assim, todas as suas ocorrências e variações. Caruso (1997), em seus estudos, reconhece os tipos de vegetações ocorrentes classificadas, segundo sua ordem crescente de biomassa, o que permite ter-se um esclarecimento exato de sua configuração.

Castro (1997, p. 147), analisando a composição florística do bioma Cerrado, explana a importância da conservação na totalidade da biodiversidade quando conclui dizendo:

A conservação da biodiversidade dos cerrados brasileiros está cada vez mais ameaçada pela sua ocupação desordenada. Como a maioria das terras dos cerrados é privada, a responsabilidade desta conservação recai sobre os seus proprietários. Os atuais modelos de desenvolvimento precisam incorporar a ideia de que produção também deve incluir manutenção da biodiversidade.

Entretanto, para que o Cerrado exercesse seus papéis dentro do método de atualização conservadora da agropecuária brasileira, desenvolvido a partir da década de 60, buscou-se a implementação das políticas públicas com o intuito de instituir os meios para ampliação da agricultura e abertura da ocupação do espaço no Cerrado, equivalente a:

- a) Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM);
- b) Mecanismo 34/18;
- c) Sistema Nacional de Crédito Rural;
- d) Fundo de Financiamento de Exportação (FINEX);
- e) I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND);
- f) Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET);
- g) Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO);

- h) II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND);
- i) III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND);
- j) Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), (o que destacaremos mais adiante);
- l) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE);
- m) Programa Corredor de Exportação Norte (PCNE).

Tais políticas atingiram seus objetivos, em relação à ocupação das terras do Cerrado, à expansão da agropecuária brasileira e ao desempenho da economia do País, todavia ocasionando em verdadeira devastação ambiental.

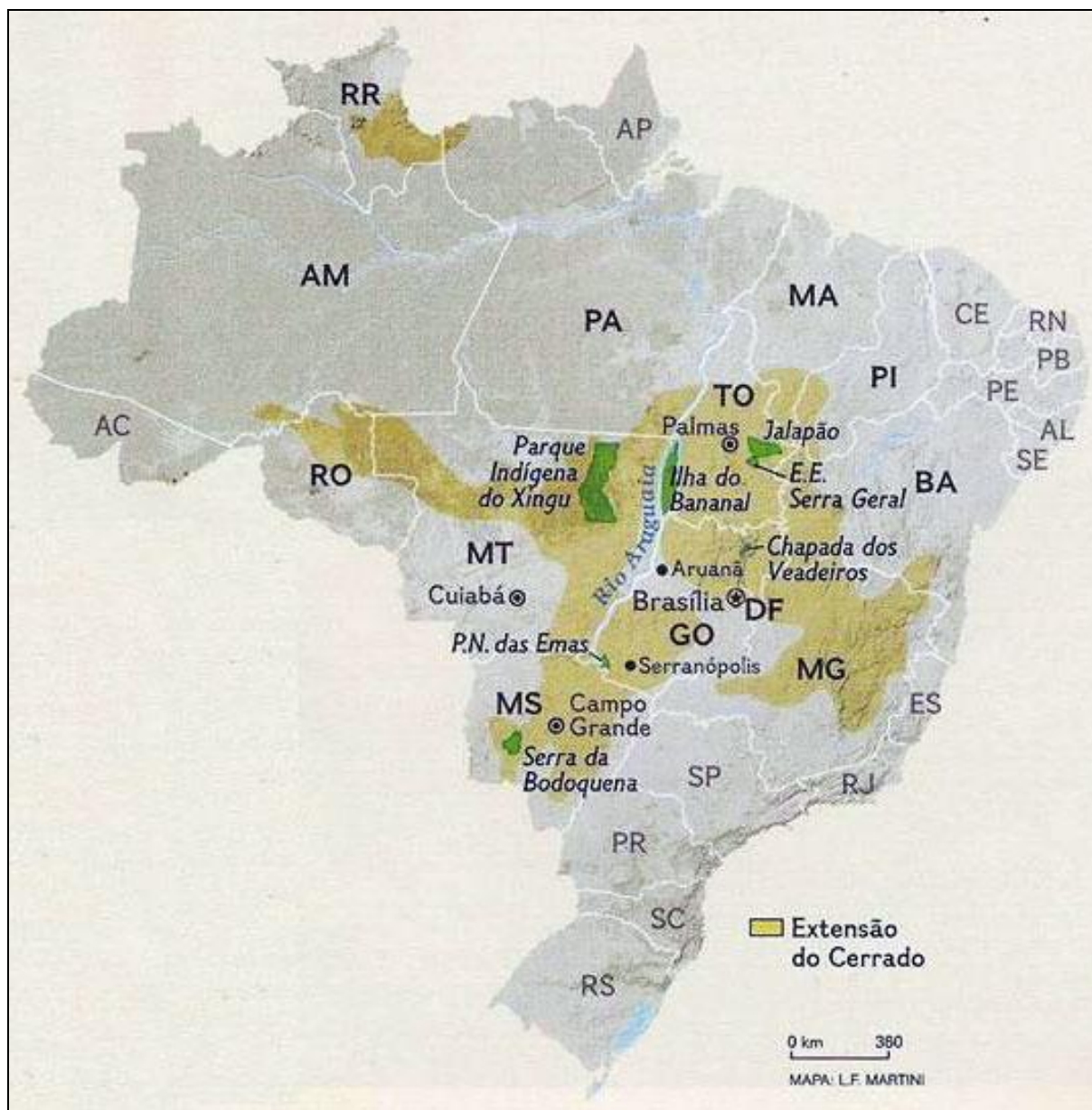
Neste sentido, pode-se afirmar que o Cerrado é o ecossistema brasileiro que mais sofreu mudanças com a ocupação humana. Contudo, os meios de intervenção, com ampliação mais significativa no Cerrado Brasileiro apresentam a formação de pastos aperfeiçoados e a lavoura comercial. Da qual se destacam os grãos mais importantes como a soja, o milho, o arroz, o café, o feijão e a mandioca (VIVATERRA, 2012).

Conforme apontado por Santo (2001, p. 48), o mapa seguir (Figura 1) mostra também como foi a importante à revolução técnica que permitiu a utilização das terras de cerrado, que na sua falta, a agricultura brasileira teria ficado limitada em outras regiões.

Essa aptidão agrícola se percebe com o crescimento do número de assentamentos em todas as regiões do Brasil, sendo o desafio maior da totalidade das famílias de agricultores, familiares assentados da reforma agrária se refere à construção de um processo de desenvolvimento em bases sustentáveis; o que constitui buscar atividades que admitam a ampliação de padrão de vida das famílias, com ênfase ampla, de tal maneira que as atividades possam conciliar viabilidade econômica, inclusão social e prudência ecológica, sendo imprescindível que a superação desse desafio seja aliada às agendas das instituições (WIKIPÉDIA, 2012).

A Embrapa Cerrados, uma das unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), desde a década de 1980, busca realizar trabalhos com assentados da zona rural, com parceria com outras instituições de pesquisa, extensão rural e organizações de agricultores. Esses trabalhos estão baseados na premissa de que o desenvolvimento rural só é plausível com a participação concreta dos agricultores e que não basta apenas gerar tecnologias, é sucinto planejar inovações técnicas e sociais para que os agricultores se agreguem ao método de pesquisa e signifiquem os protagonistas do desenvolvimento; viabilizando recursos adaptados para a exploração do meio, no qual os agricultores familiares estão inseridos. A Embrapa foi responsável pelo alargamento de novos cultivos adaptados às espécies peculiares das diversas regiões do país. Assim, deu-se início a expansão das fronteiras agrícolas para o cerrado, e latifúndios monocultores com a produção em escala semi-industrial de soja, algodão e feijão (WIKIPÉDIA, 2013). Conforme aponta a Figura 2 a seguir.

Figura 2 - Mapa do Cerrado brasileiro



Fonte: Revista Escola (2013)

No entanto, deve-se enfatizar que os recursos não se referem exclusivamente àqueles de caráter produtivo na definição mais exata dessa expressão; pelo contrário, visa a um dos recursos mais valorizados nos estudos e propostas de desenvolvimento local que é o sentimento de identidade que esses indivíduos partilham entre si (RAMOS, 2007).

Assim, surgem as organizações dos agricultores, criadas para melhorar a articulação das sociedades locais com o meio externo, para conquistar credibilidade com os múltiplos indivíduos que constituem esse meio e que, em geral, encontram-

se em posição dominante. Com isso, novos espaços de decisão e gestão foram institucionalizados e ocupados pelos agricultores; bem como as associações, centrais de serviços, fóruns regionais, articulações da sociedade civil e, ainda, outras formas de organização já existentes, como é o caso do cooperativismo agrícola (DUARTE; WEHRMANN, 2006).

Para Berthome e Mercoiret (1999), as organizações devem adaptar-se às demandas do meio externo, visto que as relações de força não lhes são favoráveis, a fim de firmar sua legitimidade, sua representatividade, assim como seus objetivos, suas formas de ação aceitáveis para a sociedade global, adoção de conhecimentos, entre outros.

Com isso, o desenvolvimento brasileiro, pela diversificação de seu sistema urbano, vai exigir uma nova dinâmica territorial, em que o papel das unidades familiares pode ser decisivo. Essa importância da agricultura familiar está inserida no debate a respeito do desenvolvimento sustentável, a geração de emprego e renda, a segurança alimentar e o desenvolvimento local (ABRAMOVAY, 1998).

Com o avanço conquistado, o governo brasileiro buscou firmar acordos e na década de 1990 promoveu a melhoria da eficiência e da produtividade das indústrias por meio da privatização de empresas estatais, da liberação das importações e exportações e do fortalecimento da capacidade técnica, tendo se empenhado ativamente na modernização industrial e em reformas estruturais (HONGO, 2009).

O autor relata que com relação ao Japão solicitou cooperação para a transferência de tecnologia e para a formação de pessoal, de modo que a *Japan International Cooperation Agency* (JICA) implementou diversos programas de cooperação que contribuíram para o desenvolvimento do setor privado, a exemplo da capacitação na área industrial.

Contudo, Hongo (2009) afirma que, durante o período das crises, houve uma redução na produção de cereais em escala global, ocasionada por condições climáticas anormais. A aquisição de grande volume de grãos pelas grandes potências e a tendência mundial de aumento populacional trouxe ao planeta uma grande insegurança alimentar.

Apesar disso, para garantir a provisão estável de recursos e alimentos que passou a ser uma questão de suma importância para o Japão. O Brasil, dotado

com recursos naturais em abundância, passa a ter muita importância para o Japão, e a cooperação com esse país, detentor de capital e técnicas, foi de valor inestimável também para o Brasil, que passava por uma fase de modernização industrial. Assim, sendo desenvolvidos nesse período muitos projetos estratégicos, os chamados, projetos nacionais, do tipo desenvolvimento de recursos, com base em acordo entre os dois governos (HONGO, 2009).

Segundo o autor é no decorrer dos fatos que foi acordada, uma cooperação para o desenvolvimento agrícola dos cerrados. Essa era constituída de cooperação financeira e de cooperação técnica e seu âmago foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER). O PRODECER é considerado um projeto piloto da agricultura do cerrado e visa à base de desenvolvimento da vasta fronteira agrícola.

Atualmente, a área dos cerrados desenvolvida totaliza 10 milhões de hectares. Na área de cooperação técnica, a contraparte brasileira ficou a cargo do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Cerrados), com sede em Brasília. O programa contribuiu para o estabelecimento de técnicas tanto de melhoria da produção do Cerrado, como de agricultura sustentável (HONGO, 2009).

Em um sentido genérico, pode-se afirmar que cooperação internacional é toda forma de ação concreta recíproca ou unilateral, de interesse mútuo, entre dois ou mais indivíduos de Relações Internacionais, amparada por um ou mais atos internacionais (SANT'ANNA, 2013).

1.2 DIRETRIZES DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E JAPÃO

A década de 1970 representou para o Japão um momento de restrições devido aos resultados da crise do petróleo sobre a economia japonesa, acarretando em variadas parcerias para conservar o fornecimento de matérias-primas. No Brasil, essa ascensão na economia ajustou um momento realista na política externa brasileira, em que a variação de parcerias eternizou o modelo econômico brasileiro (NUNES, 2006).

Com a ascensão na economia em 1973, o Brasil tornou-se a origem de transformações estruturais na indústria, buscando-se apoiar não apenas na

empresa-estatal e no capital nacional, bem como, no fluxo de capital estrangeiro (SOUSA, 2007).

Dessa maneira, no âmbito econômico da relação nipo-brasileira na década de 70, aponta-se para uma centralização de interesses: o Japão mostrava-se potência industrializada, com total dependência da importação de alimentos e de matérias-primas; enquanto o Brasil, país dotado de benefícios naturais, possuía recursos procurados pelos japoneses, que necessitavam dos investimentos externos para melhorar a sua economia, quando a sua política externa ansiava a “multilateralidade e a conquista de novos mercados” (NUNES, 2006, p. 11).

O acordo por ambos os governos se completa gerando o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 22 de setembro de 1970⁷. O acordo previa a troca de informações referente a assuntos técnicos específicos entre ambos os países, bem como, o envio de técnicos e peritos japoneses ao Brasil para subsidiar tanto no complexo industrial, como na análise dos projetos de desenvolvimento econômico e social e, ainda, o abastecimento de máquinas e equipamentos industrial nipônico ao governo federal brasileiro. Com esse acordo firmado, surgiu em 1976, o no Brasil, órgão do governo japonês responsável pela administração (desenvolvimento de pesquisas) da ajuda externa e que trabalhou juntamente com o governo brasileiro para cumprir os acordos de cooperação técnica, comerciais, ambientais, entre outros instituídos entre os dois países (JICA, 2011).

Durante esse período também foi abordada a questão dos recursos minerais, sendo relatada com amplo valor entre os governos japonês e brasileiro, devido a sua importância representativa, considerado ponto estratégico para ambos os países. Uehara (1999) relata que, mesmo o Brasil apresentando-se como um dos maiores fornecedores de minério de ferro ao Japão, nos anos de 1970, o desencadeamento da crise do petróleo originou a mudança de indústrias japonesas para o exterior, de modo a diminuir a vulnerabilidade econômica do país, acarretando por diminuir a exportação de matérias primas brasileiras para o país. No entanto, para Oliveira (2002), o Brasil mostrou-se na época como fornecedor seguro e estável de matérias-primas, além de tornar-se interessante por conta de seu crescimento acelerado.

⁷ O acordo foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 69.008, de 04/08/1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D69008.htm>. Acesso em: 1 nov. 2013.

De acordo com Doratioto (2006), ainda assim, a visão japonesa do Brasil é de um parceiro econômico seguro e estável que possibilitou com que os investimentos nipônicos se voltassem às áreas da siderurgia, mineração (para produção de máquinas) e outros setores como o sistema agroflorestal.

Atualmente o Sistema Agroflorestal tem sido foco das atenções mundiais como 'a agricultura que convive com a floresta' e a JICA está engajada na sua difusão tecnológica para países vizinhos como o Equador, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia em conjunto com o Centro de Pesquisa da Amazônia Oriental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/CPATU) (JICA, 2011).

Assim, a cooperação científica e tecnológica deve ser compreendida como a permuta de conhecimentos científicos e tecnológicos entre dois ou mais indivíduos, objetivando a implementação de projetos e pesquisas conjuntos, por meio da troca de especialistas, doação de equipamentos, entre outras. As ações mútuas das cooperativas estão compreendidas nas diretrizes das políticas externas dos países envolvidos, consistindo em cooperação como uma ferramenta da diplomacia (PUENTE, 2010).

1.3 ASPECTOS TEÓRICOS: PRODECER, PRODECER II E A COOPER

1.3.1 Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER

Como relatado anteriormente por Hongo (2009), o período das crises, voltadas à redução na produção de cereais enfrentadas no decorrer do período de safra, ocasionada por condições climáticas anormais, travou certa insegurança para o Japão, despertando assim, a necessidade da diversificação de fornecedores, principalmente os de soja. O Brasil desejava aumentar a produção de grãos, pelo desenvolvimento da agricultura da região dos cerrados, então considerada imprópria para a agricultura. Assim, os olhos dessas duas nações se voltaram para essa extensa área do cerrado brasileiro.

Com o objetivo de tornar a área mais produtiva, aproveitando todo o seu potencial, bem como estimular a migração racional, o PRODECER surge no início de

setembro de 1974 em um comunicado conjunto assinado pelo primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka e pelo então Presidente do Brasil, Ernesto Geisel, visando estabelecer a relação entre os dois países sobre o desenvolvimento agrícola (CAMPO, 2012).

Durante muito tempo, a área do cerrado foi considerada inadequada para a agricultura. Ainda assim o governo brasileiro iniciou o desenvolvimento em meados de 1970, quando da compilação do conhecimento científico relativo à agricultura da área e do desenvolvimento de infraestrutura social e econômica do Centro- Oeste.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA, 2012) é após a disparada do mercado internacional de grãos em 1973, que o Japão inicia sua assistência a esse programa, um esquema conjunto entre os dois setores público e privado. Tinha por objetivo elevar a produção de alimentos e diversificar os países dos quais o Japão importava alimentos.

Logo, o principal instrumento do PRODECER é o crédito supervisionado, com linhas de crédito amplas, sendo previstos empréstimos aos fundiários, para investimentos, despesas operacionais e ainda assistência aos colonos. O programa atraiu agricultores considerados bem sucedidos (MUELLER, 1990). Ainda que o número de favorecidos diretos do programa tenha sido limitado pela disponibilidade de recursos, pondera-se que o impulso do projeto não se restringe ao relativamente pequeno número de famílias diretamente envolvidas (CUNHA *et al.*, 1994).

Ainda no período de 1974, segundo a Câmara do Japão (2012), foi idealizado o programa agrícola PRODECER de cunho governamental que influenciou a ocupação do cerrado brasileiro. Esse programa, aliado a incentivos públicos, teve a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), fundada somente em 1978, compondo um capital binacional, com 51% das ações pertencentes, ao lado brasileiro, representado pela Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BASAGRO) e 49% o lado japonês representado pela *Japam-Brasil Agricultural Development Corporation* (JADECO). A participação existente entre ambas as partes é governamental e privada, cabendo à empresa a responsabilidade pelo estímulo à ocupação planejada de áreas em toda a região dos Cerrados.

O PRODECER, segundo Rodrigues, Vasconcelos e Barbiero (2009), foi um marco da cooperação internacional entre Brasil e Japão, para a ocupação dos Cerrados; juntamente com o primeiro Comitê da Agência Internacional de

Cooperação do Japão (JICA), em 1990, o Japão busca cooperar com o Brasil estabelecendo o estudo sobre assistência oficial do Japão para o desenvolvimento do Brasil numa perspectiva a médio e longo prazo (IPEA, 2012).

No entanto, os beneficiados com o programa, a primórdio, foram os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Tocantins e Maranhão pelo programa agrícola PRODECER I, II e III (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Programa agrícola PRODECER I, II e III

Estado	Projetos	Área total (hectares)	Investimento	Fase do Programa
Minas Gerais	11 projetos + 3 empresas	151.250	239.000.000	PRODECER I e II
Mato Grosso do Sul	1 projeto	22.000	26.000.000	PRODECER II
Mato Grosso	2 projetos	35.320	50.000.000	PRODECER II
Goiás	3 projetos	30.000	50.000.000	PRODECER II
Bahia	2 projetos	31.430	67.000.000	PRODECER II
Tocantins	1 projeto	40.000	69.000.000	PRODECER III
Maranhão	1 projeto	40.000	69.000.000	PRODECER III
Total	21 projetos	350.000	570.000.000	

Fonte: Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (2008).

A Tabela 1 aponta que a implantação do projeto teve início no Estado de Minas Gerais onde os colonos foram favorecidos nos municípios de Iraí de Minas, Coramandel e Paracatu, incorporando um processo produtivo de 151.250 mil hectares. O PRODECER II beneficiado com mais de 200 mil hectares e em 1995, o PRODECER III beneficiou os Estados do Maranhão e Tocantins, onde incorporou 80 mil hectares.

O sucesso alcançado pela primeira fase do programa, em 1985, desencadeou e incentivou a implantação do PRODECER II, cujos Estados beneficiados foram, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Bahia.

1.3.2 Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER II

As ações desse programa, idealizado em 1974, tinham como objetivo ampliar a produtividade agrícola, principalmente a da soja, negociada entre os governos do Brasil e do Japão. Os anos de 1974 a 1977 foram de entendimentos, acordos e amadurecimento do projeto, para então em 1978 dar início concreto às atividades no cerrado, local que até então era considerado impróprio para a agricultura. O PRODECER foi estabelecido a partir de 1979, sob a coordenação política institucional do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e a coordenação de implementação e desempenho a Companhia de Promoção Agrícola - CAMPO⁸ com projetos financiados pelos governos do Brasil e do Japão e pelos seus bancos privados. A CAMPO é uma empresa de capital binacional, criada para esse fim, com 51% das ações pertencentes ao Brasil, representado pela Companhia Brasileira de Participação Agroindústria (BASAGRO) e 49% ao Japão, representado pela JADECO, sendo que ambas as partes têm participações governamental e privada.

Apesar disso, o governo brasileiro adotou o risco cambial que eventualmente adviesse sobre os recursos japoneses, abonando, dessa forma, o pagamento de juros e a devolução do principal. Desse modo, o Brasil incidiu o financiamento do projeto e a liberação dos recursos, apresentando a finalidade de reduzir os encargos.

As condições, bem como os termos, que esclarecem aos produtores o desenvolvimento do PRODECER foram estabelecidas como especiais e bastante favoráveis, observado no PLA⁹ do PRODECER II, firmado pela JICA:

[...] Os termos e condições de qualquer empréstimo ou crédito concedido a qualquer participante do projeto sob os termos do

⁸ A formação do Grupo CAMPO é resultante do Acordo de Acionistas, fundamentada no Acordo Básico de Associação de Capitais (*Basic Joint Venture Agreement*), de acordo com a Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976. (Lei das S.A.). Sua criação não dependeu de outras decisões ou regulamentações, apenas do Acordo de Acionistas firmado em 09/11/78, entre as duas Holdings Nipo-Brasileiras, a BASAGRO e a JADECO.

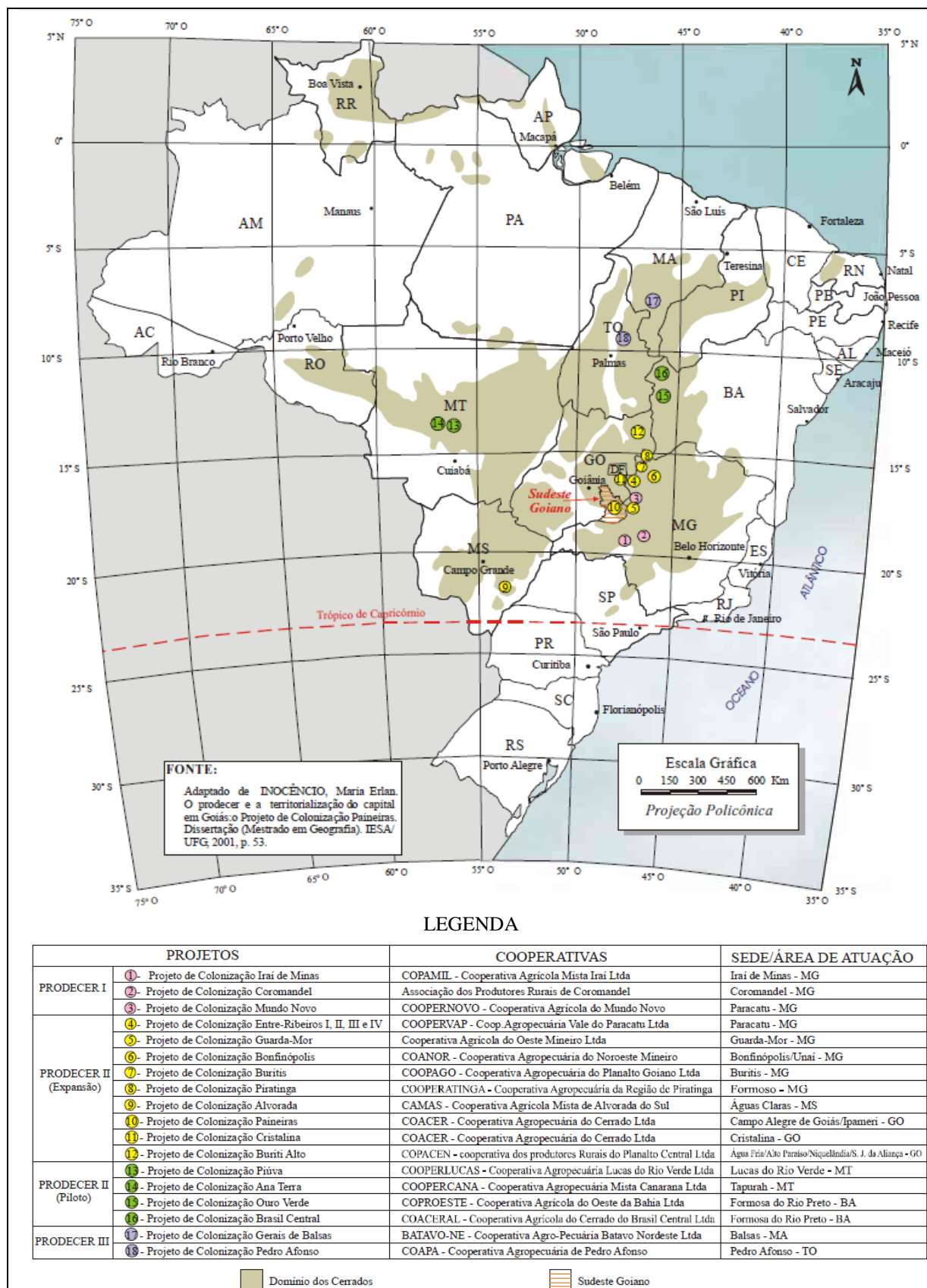
⁹ Um Acordo de Projeto do Trabalho (PLA), também conhecido como Acordo da força de trabalho comunitário, é uma pré-contratação de negociação coletiva acordo com uma ou mais organizações de trabalho que estabelece os termos e condições de emprego para um projeto de construção específico. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Project_Labor_Agreement>. Acesso em: 10 nov. 2013.

Programa Especial, nos casos em que os empréstimos ou créditos comparáveis poderiam ser obtidos através de outros programas de crédito agrícola existentes na República Federativa do Brasil, não serão mais onerosos para os participantes do projeto do que os termos e condições mais favoráveis aplicáveis aos empréstimos ou créditos comparáveis disponíveis a outros tomadores na República Federativa do Brasil, especialmente aqueles localizados na Região dos Cerrados (BRASIL, 2002, p. 3-10).

Assim, a afirmação acima leva a considerar que todos os produtores do projeto puderam ter meios especiais de financiamento, mas ao longo do tempo, essas condições foram se transformando de acordo com a conjuntura do momento, especialmente, a partir da segunda etapa do PRODECER, o PRODECER II.

O governo teve grande influência sobre o ordenamento, distribuição e gestão do território, dinamizando o espaço, em especial o agrário. Logo, o governo em suas políticas agrícolas decide e norteia o desenvolvimento do território nacional, tal como as redes, geopoliticamente constituídas, sendo à base da expansão das fronteiras em direção à região central do Brasil, o Cerrado, como aponta a Figura 3 a seguir.

Figura 3 - Expansão da fronteira



Fonte: Mendonça (2004).

Em termos práticos, significa dizer que os projetos atingiram com sucesso cerca de 350.000 hectares de cerrado nos Estados do Centro-Oeste, que, e este foi, direta ou indiretamente, ocupado com a finalidade de desenvolver atividades agropecuárias.

As relações internacionais e a integração regional acrescentaram na comunidade de Cerrados do PRODECER II, contribuindo para a correlação da desigualdade de renda e de disparidades regionais e cooperação no setor social, contribuindo para a minimização da pobreza e desenvolvimento dos recursos humanos.

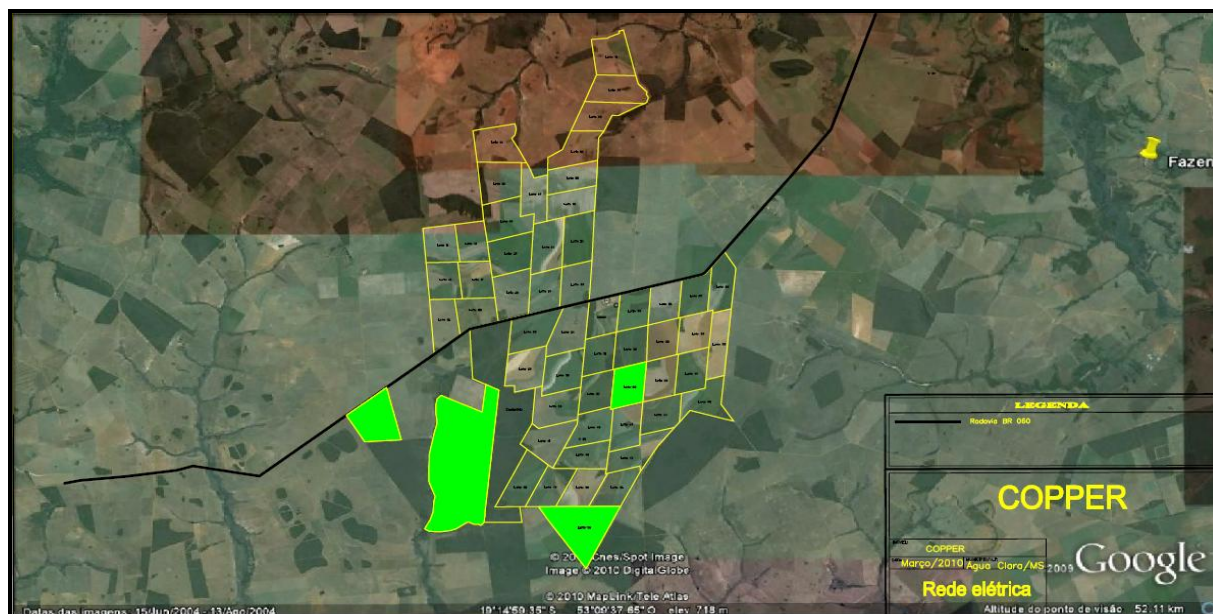
Conforme Barbosa (1994, p. 343):

Emblemática da política internacional então implementada pelo Brasil, orientada pela busca de novos e sólidos parceiros no mundo capitalista, em que os principais centros dinâmicos da Europa Ocidental e Tóquio forneciam excelente contraponto a Washington, a viagem do primeiro chefe de governo brasileiro ao Japão ampliou consideravelmente o intercâmbio entre os dois países.

Ainda analisando a Figura 3, pode-se observar que o município de Paraíso das Águas, Água Clara tem limite com os municípios de Chapadão do Sul, Costa Rica, Brasilândia, Camapuã, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas, todas as cidades pertencentes ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Favoreto (2010) relata que em Mato Grosso do Sul, o PRODECER II foi instalado na região de Água Clara, incluindo Paraíso das Águas, em uma área de aproximadamente 16.000 mil hectares dividida em 56 lotes de aproximadamente 300 hectares mais a reserva de condomínio conforme destaca a Figura 4 a seguir.

Figura 4 - PRODECER II - Paraíso das Águas (MS)



Fonte: Imagem satélite - Disponível em <www.google.com.br>. Acesso em: 2 set. 2012.

Segundo Maroeulli (2003), o Programa agenciou o assentamento de agricultores derivados das regiões Sul e Sudeste, nomeados pela experiência anterior em propriedades agrícolas, tendo ainda como finalidade estimular e desenvolver a implantação de uma agricultura moderna eficiente e empresarial, de médio porte, para a região dos cerrados, buscando seu desenvolvimento, mediante a inclusão de áreas ao processo produtivo, dentro de um enfoque sustentável.

O PRODECER II teve como meta para a região a criação de polos de desenvolvimento agrícola favorecendo agricultores familiares de médio porte, sendo que a seleção desses produtores deu-se principalmente pelas cooperativas que se apresentavam estruturadas. O programa apresentou-se da seguinte forma: os produtores adquiriram todos os insumos necessários à produção, tais como terra, recursos para custeio, dentre outros. No processo de ocupação das áreas, houve constante preocupação com o meio ambiente e foi necessária a melhoria de infraestrutura socioeconômica implementada pelo governo, tais como: estradas (melhorando as vias de acesso), escolas, postos de saúde, hospitais, entre outras (CAMPO, 2012).

Todavia, por problemas financeiros, uma auditoria coordenada pelo secretário executivo do Ministério da Agricultura, Celso Matsuda, apontou uma dívida bancária dos produtores agrícolas brasileiros do PRODECER II, estimada em cerca de R\$ 400 milhões (OSADA, 1999).

A dívida do PRODECER II foi resultado, principalmente, do desrespeito a uma das principais cláusulas do contrato - a de não cobrar juros internos superiores às taxas fixadas pelo Japão para o repasse dos recursos. A partir de acordos entre Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o governo japonês foram obtidas condições especiais para o pagamento e a amortização da dívida, com juros de 3,1% ao ano, carência de sete anos e prazo de 25 anos (OSADA, 1999; BRASIL, 2004).

Outros fatores também contribuíram para o crescimento da dívida, dentre eles os sucessivos planos de ajuste econômico, o tabelamento dos produtos agrícolas e o não-tabelamento dos insumos agrícolas. A avaliação do programa, apesar dos problemas do PRODECER II, é extremamente positiva.

1.3.3 Cooperativa dos Produtores Agropecuaristas do Paraíso e Região - COPPER

Os projetos regionais do Centro-Oeste têm sido pouco divulgados. Todavia, dados do *site* Jovem Sul News (2004)¹⁰ relatam que a COPPER, Cooperativa dos Produtores Agropecuaristas do Paraíso e Região Ltda mostra seus trabalhos por meio de realizações de Assembleia Geral Ordinária na sua sede, localizada no antigo projeto da Cooperativa Agrícola Mista de Alvorada do Sul Ltda - CAMAS/PRODECER, no distrito de Bela Alvorada a 30 km de Paraíso das Águas (MS), porém em documentos impressos ainda aparece como Água Clara (MS).

Essas assembleias buscaram debater o destino cooperativo, principalmente da parte financeira e de como seriam distribuídos os recursos advindos do antigo projeto CAMAS/PRODECER, assim, visando a uma possível utilização das sobras financeiras, como por exemplo, a compra da massa em liquidação extrajudicial da CAMAS (Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008)¹¹,

¹⁰ Todos os relatos deste conteúdo encontram-se disponíveis no *site* Jovem Sul News (2004) em: <<http://www.jovensulnews.com.br/agronegocio/copper-prepara-se-para-comprar-instalacoes-da-camas>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

¹¹ O prazo para a liquidação ou renegociação do crédito rural inscrito em dívida ativa da União foi prorrogado. A Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, alterou o artigo 8º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que instituiu a possibilidade de renegociação e liquidação dos débitos oriundos de operações de crédito rural. O novo prazo será encerrado em 30 de novembro de 2010. Os procedimentos de adesão continuam a ser realizados por meio do Banco do Brasil. Além da dilação

antiga cooperativa que implantou o projeto PRODECER na região, buscando formar novas diretorias e novas parcerias.

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO a COPPER elegeu sua diretoria:

Na AGO foram eleitos novos diretores e novos membros para o Conselho Fiscal e Conselho Administrativo. Maurício Palombo é o novo presidente, vice-presidente João Wanderley Mafia e diretor administrativo João Alberto Pelizaro.

O novo presidente anunciou que a COPPER fez acordo com a BÜNGUE¹² (CEVAL) e a ADM que está recebendo soja na Cooperativa. Mediante apresentação do contrato com essas empresas, o desconto ao invés de 4% é de apenas 2,85%. A CARGILL ainda não fez acordo, mas individualmente o associado pode acertar com a empresa a retirada nos armazéns da COPPER, nas mesmas condições das demais compradoras.

Submetidos a votação foram aprovados mais 8 associados.

Foi marcada nova assembleia geral para o dia 27 de março. Pessoas interessadas em se associar à COPPER, podem inscrever-se para aprovação na próxima reunião. A taxa para se associar é de R\$100,00 para cadastro, mais 100 sacas de soja que podem ser negociadas com a diretoria (JOVEM SUL NEWS, 2004).

O *site* menciona ainda que a cooperativa COPPER foi fundada em 2 de fevereiro de 1996 e teve como objetivo assumir as funções da antiga CAMAS, já em estado de liquidação naquela época. Em 18 de fevereiro de 1997 começou a operar as suas instalações. O projeto estava no seu oitavo ano operacional, com administração rigorosa e obtendo resultados sempre positivos, assim, a COPPER estaria prestes a atingir o seu objetivo de dar condições efetivas de continuidade ao antigo projeto PRODECER possibilitando o plantio de 50 mil hectares de lavouras nos municípios vizinhos.

A antiga CAMAS possuía uma área de 297 hectares à margem da BR - 060, com edificações do início da década de 1980, com intenção de se criar o Distrito de Bela Alvorada e provocar a colonização de 30 mil hectares de terras, divididos em lotes de 300 hectares pelo PRODECER, que contava com o complexo cerealista de cinco silos metálicos de 100 mil sacas cada e um silo de 250 mil sacas, somando-se a capacidade armazenadora de 750 mil sacas. Também com dois

do prazo, a Lei nº 12.058/2009 também possibilitou a inclusão na renegociação ou na liquidação das dívidas que venham a ser inscritas em DAU até 31 de outubro de 2010. A redação inicial da Lei nº 11.775/2008 trazia a possibilidade de inclusão de débitos inscritos até 29 de maio de 2009. Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (2010). Disponível em: <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/noticias/credito-rural-prazo-e-prorrogado>>. Acesso em: 07 de Dez. 2012.

¹² Empresa de agronegócio e alimentos.

armazéns de fundo chato, com capacidade para 80 mil sacas cada um. Tem três secadores de cereais: dois com capacidade de 40 toneladas/hora e outro de 65 toneladas/hora. A cooperativa conta com outras benfeitorias: escritório de 220 m², barracão para depósito de insumos de 220 m², balança rodoviária de 80 toneladas, conjunto gerador de 480 CV, 6 casas de 60 m², 2 casas de 120 m² e alojamento com 12 quartos.

Após burocráticos trâmites com os liquidantes da CAMAS, que implicaram acertos com o Banco do Brasil, INSS e outros credores, passa a assumir a COPPER um complexo cooperativo agroindustrial dos mais significativos do Estado de Mato Grosso do Sul. Assim, com um clima de otimismo e confiança entre os novos diretores após fazerem um balanço da situação financeira da cooperativa, buscou-se traçar planos para o futuro, mesmo sabendo que a consolidação da nova fase da cooperativa dependia de muito trabalho e esforço de todos os parceiros (JOVEM SUL NEWS, 2004).

Nesse contexto, observou-se no estudo em questão, haver um vínculo direto entre o PRODECER II e a COPPER, em que a soja destaca-se como principal produto de comercialização, uma vez que uma assumiu as atividades da outra e garantiu a continuidade em sua produção. Percebe-se, também a existência de políticas públicas capazes de integrar a necessidade do desenvolvimento econômico em conformidade com o desenvolvimento local.

Dentre os principais fatores apontados como responsáveis pela expansão da sojicultura no assentamento do PRODECER II estão as políticas governamentais de incentivo à produção de soja para exportação. A base das políticas públicas é o incentivo de créditos, garantia de preços mínimos para produção de grãos e principalmente subsidiar os micro e pequenos agricultores sem capacidade para se adaptarem aos mecanismos do mercado da macroeconomia.

Ao financiar o Programa, o Japão teve uma participação muito importante na cooperação técnica, como máquinas agrícolas de ponta para trabalhar nas terras do cerrado. A partir de 1994, com a estabilização monetária do Plano Real, o modelo agrícola brasileiro passou por uma radical mudança. O Estado diminuiu sua participação e o mercado passou a financiar a agricultura que fortaleceu a cadeia de agronegócio, desde a substituição da mão de obra por máquinas, ocorrendo aumento da produtividade, redução de custos e profissionalização.

O que marcou esse período foram as políticas de fomento agrícola como créditos subsidiados em bancos, perdão de dívidas bancárias, e subsídios à exportação (ARAGUSUKU, 2010).

Todavia, mesmo com esse marco, os colonos ficaram à mercê da sua própria sorte, pois eles dependiam do clima como fator produtivo para continuarem a produção.

De acordo com os colonos entrevistados, nesse mesmo período, houve uma grande seca na região, acarretando perda total da colheita de soja juntamente com o vencimento da primeira parcela do empréstimo realizado junto ao Banco do Brasil. Diante das frustrações climatológicas e o fim da carência do empréstimo, os colonos começaram a diversificar sua produção para grãos, gado e seringa.

Segundo o depoimento de Favoreto (2010), o produtor beneficiado pelo projeto Prodecer II, quando interrogado sobre o período da cooperativa CAMAS e a situação dos cooperados após o fechamento da mesma, ele relata que:

Diante da situação, apenas 46 assentados se reorganizaram e resolveram ficar com os lotes, acrescentado de uma dívida quase que impagável, pois o Planejamento do Programa não previa certos problemas como clima desfavorável e a monocultura da soja, porém não tendo outra interação como renda para poderem se manter caso o plantio da soja falhasse.

[...] Foi um período em que os colonos do projeto enfrentaram as primeiras frustrações climatológicas junto com o vencimento do financiamento. Ocorreu um período de seca que motivou a perda do plantio e da safra de soja, coincidindo com a carência de 3 anos para começar a pagar o financiamento.

[...] 5 colonos não conseguiram pagar o financiamento e desistiram do projeto. Os 46 colonos remanescentes tiveram treinamento com agrônomos e veterinários para inserir a pecuária como fonte secundária no lote que possuíam.

Acrescentando ainda que:

[...] houve uma decisão de integração no sistema de produção lavoura e pecuária. A tomada de atitude é uma missão, priorização ou implantação de uma atividade, mantendo outras latentes, com alternância das mesmas, de forma intensiva e integrada, que dão ênfase a previsão de maior faturamento permitindo a interrupção durante o seu curso, se houver previsão contrária e respeitando o meio ambiente (FAVORETO, 2010).

Lauschner (1995) distingue a economia de produção primária de produtos do solo, a economia da conservação de animais em produtos pecuários e a

economia da comercialização de produtos desde as explorações rurais até o varejista. A produção agrícola é produção primária em que a terra é o principal recurso e a principal base de produção.

Nesse mesmo sentido, o autor dispõe que a produção pecuária, embora relacionada estreitamente com a lavoura, é produção secundária. Converte material bruto e volumoso em bens terminados ou semideterminados com menos volume. Seu recurso principal não é a terra, mas o alimento dos animais.

Seguindo a linha de raciocínio de Favoreto (2010), entende-se que dentro dessa consideração, as áreas de lavouras dão suporte à pecuária por meio da produção de alimento para o animal, seja na forma de grãos, silagem e feno, seja na de pastejo direto, aumento da capacidade de suporte da propriedade, permitindo a venda de animais na entressafra e proporcionando melhor distribuição de receita durante o ano (MELLO *et al.*, 2004).

De acordo com o depoimento acima compreende-se que houve uma decisão de integração no sistema de produção: lavoura e pecuária.

O aproveitamento do espaço que julgou conveniente tratar a produção da pecuária (Figura 3) e da lavoura (Figura 4) como unidas resulta do fato de elas se realizarem numa mesma unidade de exploração rural. Por razões de conveniência em localizar o setor pecuário (secundário) junto à matéria-prima ou às fontes de produção. A localização pecuária junto à lavoura também se dá devido ao ônus do transporte, pela necessidade de ocupar a família de forma produtiva em todas as estações e durante o ano inteiro.

Cabe assim a afirmação de que a agropecuária é uma atividade econômica em que o produtor planta sua área e cria seus animais, tendo como finalidade vender seus produtos e obter lucro.

Figura 5 - Criação de gado



Fonte: Favoretto (2012)

Figura 6 - Plantio de soja



Fonte: Favoretto (2012)

Além disso, pode-se ter uma percepção de que a inclusão socioprodutiva vem melhorando a situação dos colonos. A iniciativa de diversificar a produção fez com que os colonos tivessem modelos de possibilidades e necessidades para participarem do mercado agropecuário que é bastante exigente.

Para tanto, é ainda necessário complementar a fundamentação teórica do estudo, o capítulo a seguir apresenta as teorias que basearam teoricamente a

pesquisa e discute os conceitos-chave para a conclusão do estudo, a saber: Território e Territorialidade, Desenvolvimento Local, O Capital Social como fator de Desenvolvimento Local, Cooperativismo, Rede Produtiva: PRODECER e COPPER. Cabe, ainda a apresentação das considerações sobre a problemática da pesquisa aplicada ao caso estudado.

2 CONCEITOS AUXILIARES QUE FUNDAMENTAM A BASE TEÓRICA DA LOCALIDADE ESTUDADA

2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A concepção de território associa-se à ideia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão de poder.

Conforme Albagli (2004), a palavra território deriva do latim *territorium* que significa “pedaço de terra apropriado”. Território é um espaço apropriado por um indivíduo, definido e delimitado por meio do poder; é fruto da intervenção e do trabalho de uma ou mais pessoas. Pela sua abrangência, deve ser analisado sob diversas vertentes: geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, bioecológica, entre outras.

A definição de território é aplicada por Raffestin (1993, p. 63), como sistemas de ações e sistemas de objetos, onde encontramos esta mesma aplicação no conceito de espaço aplicado, onde ainda que aplicados de forma diferente são constituídos da mesma essência. “Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território”.

O conceito de território também modifica conforme a formação socioespacial. No ocidente, inicialmente, fundamentou-se à base física dos Estados (solo, espaço aéreo e águas territoriais). Para os indígenas, fundou-se no sentimento de identidade com a Terra-Mãe (conhecimento, patrimônio cultural, relações sociais e religiosas) (BRAGA; LAGES; MORELLI, 2004).

Para os autores, a diferença dos conceitos pode ser fruto do modo que cada uma percebe o poder e com ele se relaciona: como uma conquista humana ou dádiva divina por merecimento. Aquele território não foi apropriado, faz parte da natureza, assim como o povo que nele habita e dele se utiliza para viver, sem expropriação.

Raffestin (1993, p. 7 e 8) afirma que:

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...].

Observou-se ainda que a formação dinâmica e diferenciação dos territórios dependem de fatores como a dimensão física (características geoecológicas, recursos naturais e ações dos seus habitantes); dimensão econômica (organização da produção, consumo e comercialização); dimensão simbólica (relações culturais e afetivas entre um grupo e um lugar); dimensão sociopolítica (interações sociais e relações de dominação e poder). Assim, cada território, embora faça parte de uma totalidade espacial, é constituído por características físicas e sociais próprias, bem como pela combinação de condições e forças internas e externas (BRAGA; LAGES; MORELLI, 2004).

Raffestin (1993) afirma que espaço e território não são idênticos. O espaço é anterior ao território. Nesse sentido, o autor afirma que:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN 1993, p. 143).

No entanto, a compreensão de territorialidade para Braga, Lages e Morelli (2004), é um termo derivado de território, inicialmente concebido para definir o princípio jurídico vinculado à base territorial dos Estados (leis e normas aplicadas a um país), porém foi estendido a mais aspectos além do jurídico. Na etologia, territorialidade é definida como a conduta que um organismo vivo aceita para se apossar de um território, como o defende. Atualmente, é um conceito que se aplica a uma qualidade humana vinculada à preocupação com a construção do futuro que em sua concepção é um privilégio dos humanos.

Segundo Raffestin (1993), a territorialidade é mais do que uma simples relação homem x território. Argumentando, ainda que, para além da demarcação de parcelas individuais, existe a relação social entre homens. Dessa forma, a territorialidade seria “[...] um conjunto de relações que se originam num sistema

tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Contudo, o atributo humano foi condicionado por normas e valores sociais e culturais, distintos conforme a sociedade ou o período. É fruto de processos de socialização, da psicologia coletiva e da relação entre as pessoas em determinado espaço.

As ciências humanas e sociais estudam a territorialidade por entender que os comportamentos humanos devem ser analisados também em sua dimensão espacial. Isso leva ao entendimento de que a territorialidade está ligada às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, seja um lugar, região ou país. De forma individual, significa o espaço individual imediato, que pode ser inviolável. No coletivo, é um meio de regular as relações sociais e controlar a identidade do grupo ou comunidade. A comunidade humana é constituída por pessoas unidas pelos mesmos interesses, podem ou não ter a mesma origem e um território comum. Seus laços são mais fortes que o de uma sociedade ou coletividade. Para ter o sentimento de pertencer a uma comunidade necessita de ter sido uma adesão voluntária, não basta ter nela nascido ou ter vínculos jurídicos, por exemplo (BRAGA; LAGES; MORELLI, 2004).

Contudo, compreende-se que territorialidade é uma força concentrada em qualquer grupo, cuja aparição explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. Assim, os distintos tipos de invisibilidade, não devem ocultar um fato inegável: desde uma macro perspectiva fundiária, o resultado geral do processo de desenvolvimento local foi à instalação da superioridade do estado do povoado e suas formas de territorialidade.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para Zapata (2005), o conceito de desenvolvimento local se apoia na ideia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos,

institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

Desenvolvimento local é um processo registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999).

Zapata (2005) argumenta que as estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios. Compreende-se território como um ator inteligente, que pode provocar transformações e não apenas um suporte dos recursos e atividades econômicas.

Barquero (2002) esclarece que as políticas de desenvolvimento exógeno, muitas vezes, não geram processos de desenvolvimento autossustentados, na medida em que o impulso inicial sofre “vazamentos”, reduzindo, assim, a capacidade difusora dos investimentos externos. Essa situação tende a acarretar um desenvolvimento mal-sucedido, não porque está sendo fomentado um modelo alheio a seu entorno e muito mais porque não é aproveitado o potencial local para o desenvolvimento, deixando de auferir ao processo uma estratégia para a ação de desenvolvimento local que se autossustente.

Do ponto de vista do poder público trata-se de entender que, somando-se às iniciativas que a comunidade assimila como suas, mesmo que estas sejam vindas de fora (exógenas), a produtividade dos esforços aumenta, minimizam-se custos e maximizam-se resultados.

Sachs e Lages (2004, p. 83) esclarecem bem essa complexidade propondo que:

É importante fazer uma distinção entre as políticas compensatórias financiadas pela redistribuição de renda mediante o sistema fiscal e as políticas de emprego que mudam a distribuição de renda primária. Ambas são necessárias, porém as primeiras são de natureza puramente social e requerem despesas contínuas, ano após ano, enquanto que as segundas, mediante a criação de oportunidades de trabalho descente, geram renda e proporcionam uma solução duradoura ao problema social.

Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças, exigindo competitividade e especialização (BUARQUE; BEZERRA, 1994).

Ao se referir a desenvolvimento local não quer dizer somente desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e finalmente ao desenvolvimento humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui uma visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas.

Conforme comenta Haveri (1996 *apud* BUARQUE, 1999, p. 10), o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto, “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”.

As decisões de ordem política e/ou econômica podem ser externas e serem decisivas para reestruturar determinada comunidade, mas o desenvolvimento local necessita sempre de grande mobilização das pessoas que formam a comunidade e, para que isso aconteça, deve ser oferecido o que elas necessitam e desejam.

Nesse sentido, Buarque (1999, p. 10) afirma que:

Do contrário, o mais provável é que as mudanças geradas desde o exterior não se traduzam em efetivo desenvolvimento e não sejam internalizadas na estrutura social, econômica e cultural local ou municipal, desencadeando a elevação das oportunidades, o dinamismo econômico e aumento da qualidade de vida de forma sustentável.

Entende-se, então, que a cultura contém ao mesmo tempo os meios e as finalidades do desenvolvimento, sendo em grande parte, ao arriscar na riqueza e diferença da sua identidade e do seu patrimônio cultural, que a zona rural vai poder ampliar suas atividades econômicas causadoras de valor acrescentado e de emprego. Mutuamente, a afirmação da identidade cultural local advinda de várias partes e a melhoria da qualidade de vida induzidas por essas atividades reforçam o orgulho dos rurais e o seu sentimento de atribuição a um território, garantias de sobrevivência e de seu próprio desenvolvimento.

Buarque (1999) ainda ressalta que o município tem uma escala territorial adequada à mobilização das energias sociais e à integração de investimentos potencializadores do desenvolvimento, seja pelas reduzidas dimensões, seja pela aderência político-administrativa que oferece, por meio da municipalidade e da instância governamental.

O desenvolvimento local não pode ser visto unicamente sob a ótica do próprio município. Municípios vizinhos podem fazer parte de um tecido produtivo único. Assim, prefeitos podem formular políticas que visem ao desenvolvimento desse espaço comum.

Com base nessas informações e, em anotações de caderno de campo, o território desta pesquisa teve uma mudança de enfoque quando o projeto agrícola foi implementado e administrado pela CAMAS do Estado do Paraná vindo a ser implantado no município de Água Clara, Mato Grosso do Sul. Pode-se assim ser observado que os colonos beneficiados pelos lotes saíram de suas cidades de origem e foram para outro Estado (DAL LAGO, 2012).

Dal Lago (2012) complementa que essa mudança ocorreu pelo assistencialismo do governo por ter financiado o projeto juntamente com recursos japoneses por meio da cooperativa agropecuária CAMAS. Esse espaço ocupado pelos colonos teve uma nova configuração. Cada colono exerce o poder sobre o seu lote, mas todos juntos formaram uma comunidade por se identificarem na cultura da terra com interesses comuns que é comercializar seus produtos tendo um olhar no

passado (cidade de origem) como uma referência. Focando para o desenvolvimento local, a implantação do projeto no município de Paraíso das Águas implicou uma mudança econômica e social de uma forma sustentável. É nesse sentido que as cooperativas surgem como instrumento de promoção e incremento de interação com atores locais (ex-prefeito), participação da comunidade, proporcionando crescimento coletivo, gerando desenvolvimento.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O conceito de capital social atualmente desperta grande interesse na literatura. A explicação para tal fato está motivada na importância dos significados das palavras que são utilizadas para compor a noção conceitual sobre capital social, isto é, descobrir que, em plena época de globalização ou de apogeu da modernidade, ainda existe interesse em significados como reciprocidade, relações sociais, normas, confiança, entre outros (CASTILHOS, 2002).

Segundo Putnam (1996), o capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, agenciando as ações coordenadas. A sua visão “determinista-cultural” de capital social, quando da relação deste com o Estado, faz com que não haja muitas escolhas para a instauração do capital social, ou seja, populações que, de acordo com a história, não tenham estabelecido relações sociais causadoras de capital social não terão oportunidades de construí-la pelo menos no curto e médio prazos. Assim, conforme a visão do referido autor de que o estoque de capital social acumulado é o fundamental fator decisivo no nível de desenvolvimento, as regiões que expuserem baixo estoque de capital social estarão fadadas ao atraso socioeconômico.

Para o autor, as alternativas da ação coletiva que extinguem as ações cooperativas em todas as sociedades, seja nas atividades políticas ou econômicas, são minimizadas pela gestão participativa e cívica, sobretudo por meio da participação nas formas organizativas horizontais e cívicas (PUTNAM, 1996).

Segundo Amaral Filho (2004), o modelo das sociedades passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais e não por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado. Ocorre um processo de organização

social ou de ação coletiva. Tendo como atributo a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais; ampliação que coloca nas mãos destes o destino da economia local ou regional.

O autor afirma que capital social é um fator impalpável, é o acúmulo de obrigações sociais construídos pelas interações sociais em uma determinada localidade. Ele se desdobra por meio da confiança, normas e cadeias de relações sociais e, ao contrário do capital físico convencional, que é privado, ele é um bem público. O capital social esteve por trás dos sucessos de crescimento e de desenvolvimento de muitas regiões, de tal modo a sua ausência esteve por trás de muitos fracassos (AMARAL FILHO, 2004).

É sabido que o capital social compreende aspectos relacionados à estrutura familiar dos indivíduos, o seu grau de associativismo e de cooperação, aspectos institucionais, entre outros (GROOTAERT, 2003). Sendo assim, pode-se dizer que a pobreza é motivada por choques nas condições individuais ou coletivas que privam as pessoas de acesso a um patrimônio que permita elevar seu fluxo de renda e, logo, o padrão de consumo (BEBBINGTON, 2005). Promovem

Porter (1989) diz que a disposição da sociedade é gerada por meio da confiança, normas e sistemas, acrescenta ainda a eficiência da sociedade e promove as ações coordenadas, e mais adiante, a formação e crescimento de associações que requerem a cooperação e a solidariedade na sociedade, motivando condições adequadas para o desenvolvimento local. Para isso, as organizações devem ter uma forma horizontal e não vertical, visto que o formato horizontal é percebido como organizações que dão ascendência às cooperativas, clubes, sociedades de assistência mútua, associações culturais, sindicatos, ou seja, organizações sem hierarquia e/ou regras rígidas. As organizações horizontais por sua vez, apresentam a vantagem de criar redes de solidariedade e aumentar as relações generalizadas de harmonia, promovendo a cooperação espontânea e criando antídotos contra o clientelismo e o oportunismo, causadores de uma reciprocidade restringida e assimétrica.

O autor expõe que as relações de amizade, parentesco, lealdade, vizinhança, entre outros, cooperam para a formação do capital social, pois são afinidades interpessoais horizontais, fazendo-se necessárias, porém, não suficientes para concretizar uniões intersociais para que certas facilidades possam ser outorgadas aos que não possuem acesso. Compreende-se também que a união da

sociedade é relevante para que elas desenvolvam economicamente e para que esse desenvolvimento seja sustentável. Logo, o capital social contribui para manter essa união.

Compreende-se assim, que construir um capital social é construir competências sociais e técnicas, aperfeiçoar os processos de gestão social e estabelecer a visão de território com alicerce na cooperação e na confiança mútua. O capital social é composto por sistemas sociais complexos fundamentados em múltiplos agentes que os movimenta em suas estratégias e empreendimentos. Assim, a solução esquemática para o autor é na forma de um diamante, que quando bem lapidado une pontes ou fatores responsáveis pela criação de vantagens competitivas para uma indústria, uma nação ou uma região (PORTER, 1989).

Pode-se então concluir que os fatores que definem o ambiente que favorecerá ou dificultará a criação da vantagem competitiva são os seguintes: capital social, estratégia produtiva e tecnológica, articulação político-institucional e estratégia de competitividade.

Compreende-se que esses atributos trabalham interligados e são os determinantes da vantagem competitiva, individualmente e como um sistema, criam o contexto em que as empresas nascem e competem que são: a disponibilidade de recursos e competência necessária à vantagem em uma indústria; as informações que condicionam quais as oportunidades percebidas e as direções nas quais os recursos e a competência são orientados; as metas dos proprietários, diretores e empregados que estão envolvidos na competição e a realizam; e, o mais importante, as pressões sobre as empresas para investir e inovar.

A acumulação de capital social cultiva a criação de metodologias capazes de revelar os potenciais que podem descobrir em seus locais de vida e de trabalho, a partir de suas características, da projeção de sua identidade nos elementos mais importantes para alcançar a sua coesão social e territorial. Para que com isso seja possível avançar na capacidade de inovar, ajustando a ampliação da competitividade e desenvolvendo para o local, portanto, a sua capacidade de produzir e de distribuir riquezas.

O capital social será mais forte de modo que agregar ainda mais a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção. O desenvolvimento local supõe o aumento das chances de escolha dos indivíduos, expandindo as possibilidades de geração de renda.

3 COOPERATIVISMO

Cooperativa, segundo Ferreira (1998), é sociedade ou empresa constituída por membros de determinado grupo econômico ou social, e que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica, estando intimamente ligada à cooperação.

As cooperativas baseiam-se nos valores de autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seus membros acreditam nos valores éticos da honestidade, abertura (transparência), responsabilidade social e preocupação com os outros (FERREIRA, 1998).

O autor designa cooperativismo como um processo associativo pelo qual homens livres aglutinam suas forças de produção, sua capacidade de consumo e suas poupanças a fim de se desenvolverem econômica e socialmente, elevando o padrão de vida, ao mesmo tempo em que beneficia a sociedade em geral, pelo aumento e barateamento da produção, do consumo e do crédito.

Para a Aliança Cooperativista Internacional será considerada uma sociedade cooperativa, qualquer que seja sua constituição legal, toda associação de pessoas que tenha por objetivo a melhoria econômica e social de seus membros, por meio da exploração de uma empresa, na base da ajuda mútua e que observe os princípios de Rochdale.

Segundo Rodrigues (1995), a cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa pertencente a todos e democraticamente controlada.

Segundo Pinho (1966), as primeiras pré-cooperativas, que se tem conhecimento, surgiram na Inglaterra e França no início do século XIX, apesar das primeiras tentativas de organização datarem do século anterior. Foi na Inglaterra, sob a influência de dois dos maiores idealizadores do cooperativismo, William King e

Robert Owen, que se intensificou no meio operário um movimento, incentivando a organização de cooperativas. Assim nasceu, em 1820, a Liga para a Propaganda da Cooperação. Sete anos depois, em 1927, William King organizou, na Inglaterra, a primeira pré-cooperativa de consumo.

Em 1832 já existiam aproximadamente 30 pré-cooperativas do gênero, que tiveram curta duração. As causas atribuídas a esse fato são controversas. Segundo Benato (1995), foi devido ao fato de venderem seus produtos a preço de custo. Poucos anos depois, em 1835, surgia na cidade de Lyon, na França, uma sociedade semelhante às aquelas encontradas na Inglaterra: a Associação Lionesa de nome *Au Commerce Véridique*.

Como outras sociedades da mesma época, também sofreram perseguições policiais devido à suspeita de ser uma associação ilícita, simplesmente por se tratar de um tipo não-usual de comércio. Esse fato resultou na sua extinção três anos após sua fundação (BENATO, 1995).

Foi a inspiração nos ideais de Owen, o advento da Revolução Industrial e o liberalismo econômico que, juntos, propiciaram o surgimento das condições necessárias para a constituição formal dessa sociedade.

Para esses tecelões de Rochdale, a cooperação surgiria, então, como uma opção para se superar a miséria pelos seus próprios meios (auxílio-mútuo), ou seja, como uma alternativa para se tentar combater os baixos níveis de renda, os elevados custos de alimentação e a real possibilidade de desemprego (PINHO, 1982).

Os Pioneiros de Rochdale inauguraram um armazém, organizado e regido por normas estatutárias que, segundo Pinho (1982), objetivaram:

- a) formação de capital para emancipação dos trabalhadores, mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios;
- b) construção de casas para fornecer habitação a preço de custo;
- c) criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que fosse indispensável às necessidades dos trabalhadores, e assegurar trabalho aos operários desempregados ou que recebiam baixos salários;
- d) educação e luta contra o alcoolismo;

- e) comercialização (compra e venda) somente a dinheiro, para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, e evitando o crédito, que considerava um "mal social"; e
- f) cooperação integral.

Os estatutos da sociedade dos Pioneiros de Rochdale, com seus princípios, normas e estrutura organizacional, passaram a ser os Fundamentos Doutrinários do Cooperativismo, correspondendo:

- a) à livre adesão e demissão dos sócios;
- b) ao direito de um voto por associado (um homem - um voto);
- c) a juros limitados ao capital;
- d) à distribuição das sobras (lucros) proporcional à operação;
- e) ao fundo de reserva para aumento do capital, e
- f) ao fundo de reserva para desenvolvimento da educação.

Com o tempo, a Sociedade de Rochdale foi incorporando novas adesões ao seu quadro social, aumentado seu capital e também seu volume de vendas. Sobreviveu às duas Grandes Guerras e, em 1963, exatamente 120 anos após a primeira assembleia, detinha em seu quadro social mais de 44 mil associados, totalizando um capital de aproximadamente 512 mil libras esterlinas (PINHO, 1966).

Pinho (1966) relata que começaram, ainda no século XIX, a aparecer as primeiras cooperativas de produção agrícolas e industriais. Associam-se a esse fato os nomes de Saint-Simon, que preconizou a exploração dos fatores trabalho, terra e capital pelas de organizações comunitárias.

Para o autor o cooperativismo resistiu ao tempo, sobreviveu às guerras e a mudanças na economia, na política e na sociedade, sem alterações significativas em sua doutrina. O crescimento vigoroso do número de cooperativas e cooperados acabou fomentando a criação de uma entidade internacional que representasse a classe cooperativista. Foi fundada em Londres, em 1895, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que hoje é uma organização não-governamental independente que congrega e representa as organizações cooperativas do mundo todo e presta assistência a elas (PINHO, 1966).

O cooperativismo, segundo Pinho (1966), evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social, o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos. Para esse autor, a doutrina cooperativista tem como objetivo principal a correção do meio econômico e social, utilizando as cooperativas como instrumento.

A Aliança Cooperativa Internacional, em seu Congresso em Londres em 1934, proclamou os quatro primeiros princípios como essenciais e como estritamente obrigatórios, e aos outros três como importantes, porém não absolutamente indispensáveis. São eles:

a) Adesão Voluntária

A adesão deve ser acima de tudo voluntária. As cooperativas devem ser abertas a toda classe de pessoas, sem consideração de raça, nacionalidade, religião, partido político, sexo. Significa também liberdade de retirar-se a qualquer momento, uma vez cumpridas as formalidades que estabelecem os estatutos que, em geral, fazem referências ao aviso antecipado e ao modo de retirar suas ações.

b) Controle Democrático

Cada membro = um voto. Nas assembleias e deliberações das cooperativas, cada sócio tem direito a um voto, seja qual for sua quantidade de ações. Esse princípio tem um profundo sentido humanista: o cooperativismo considera o homem como valor substancial e o capital somente como instrumento de trabalho. Isso também assegura o bem da maioria e impede que uma minoria tire proveito.

c) Distribuição dos Excedentes Sociais

Devem ser distribuídos em proporção às operações realizadas como cooperativa. Esses excedentes são distribuídos em proporção às operações realizadas do seguinte modo: nas cooperativas ou seções de consumo, em

proporção ao consumo feito por cada sócio; nas cooperativas de produção, em proporção ao trabalho feito por cada um.

d) Limitação do Juro do Capital

Na doutrina cooperativista, o capital é um simples instrumento de trabalho ao que se remunera com um módico juro.

e) Neutralidade Política e Religiosa

Esse princípio está relacionado com o de livre adesão e, conforme o primeiro princípio, a doutrina cooperativista não faz nenhuma discriminação política ou religiosa.

f) Vendas à Vista

Esse princípio tem sido adotado por razões de ordem econômica e moral, enquanto alguns cooperativistas objetam a sua aplicação, pois impede competir com o comércio que oferece créditos. As razões para se manter esse princípio são as seguintes:

- Quando se vende a crédito se requer mais capital que vendendo à vista, pois uma parte está imobilizada pelo crédito;
- As cooperativas deverão solicitar créditos, devido ao aumento de gastos, consequências de um maior número de pessoal.

As razões de ordem moral são:

- O risco de dívidas não pagas;
- Que certos sócios adquirem mercadorias para vendê-las à vista por menor preço. Os associados efetuam gastos além de seus ganhos.

g) Promover a Educação

O claro sentido humanista dos pioneiros de Rochdale, que foram muito além de simples dimensão econômica, os levou a consagrar esse princípio conhecido como a Regra de Ouro do Cooperativismo. Bem se tem dito que

cooperação e educação são inseparáveis, concebido o desenvolvimento comunitário principalmente sem seu aspecto psicossocial, como mudança de atitudes, surge em toda sua importância esse princípio, cuja aplicação de uma ordem descuidada pode ser germe de um programa que transborda os limites de ação da cooperativa.

Educação cooperativa consiste na aquisição de hábito de ver, pensar e julgar de acordo com os princípios e ideais cooperativos. Essa educação busca a formação moral e social do associado e pode ser resumida em três categorias de matérias:

1. Matérias de ensinamento geral que apresentam um interesse direto para a cooperação;
2. Matéria de ensinamento profissional;
3. Cooperação propriamente dita.

Podem-se descortinar três aspectos no sistema cooperativista: o doutrinário, o jurídico e o econômico.

1. Doutrinário - o aperfeiçoamento moral, intelectual e técnico do homem, por meio da união e da solidariedade. Reconhece o trabalho como direito e um dever do homem. Direito à propriedade privada, liberdade econômica, livre iniciativa. "A união faz a força".
2. Jurídico - cumpre ao Estado reconhecer o aspecto humano e econômico da sociedade cooperativa, estabelecendo o seu regime jurídico e proteção legal.
3. Econômico - buscando melhoria na conjuntura econômica dos associados, o cooperativismo visa à substituição, quanto possível do intermediário - livre empresa, associação voluntária e comutativa, que realiza a democracia econômica através da melhor distribuição da riqueza, consubstanciada no direito à propriedade privada e da livre iniciativa.

Assim, compreende-se que a doutrina cooperativista demonstrou extraordinária capacidade de adaptação, por meio de fórmulas elásticas de realização, o que tem possibilitado atuar como cooperativas rurais (agrícolas) e urbanas (comerciais ou industriais) de produção, consumo, crédito e/ou serviços, cujos fins específicos tanto poderiam ser a exploração de serviços públicos, como a

indústria extrativa petroleira, a construção de habitações e a eletrificação rural, tendo servido até mesmo, para combater monopólios.

3.1 COOPERATIVISMO NO BRASIL

O registro da primeira cooperativa no Brasil data de 1891, com a fundação da Associação Cooperativa dos empregados da Companhia Telefônica, em Limeira - SP (BENATO, 1995).

Nos anos seguintes, surgem outras cooperativas, como a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro (1894), a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco (1895) e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em Campinas (1897).

Todavia, o aparecimento das primeiras cooperativas, somente a partir de 1891, ocorreu devido a dois fatores de estímulo: a promulgação da Constituição republicana de 1891, garantindo a liberdade de associação, e os graves problemas que caracterizaram a crise estrutural do fim do Império e início da República e que levaram à recomendação do cooperativismo (PINHO, 1982).

Somente no ano de 1969, em Belo Horizonte, é que foi criado o órgão nacional de representação, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), atualmente com sede em Brasília. No entanto, sua existência legal e institucional foi consagrada somente dois anos depois, pela Lei n. 5.764/71, com a função de representar o cooperativismo nacional e prestar assessoria técnica ao governo federal, manter serviços de apoio às organizações estaduais e às cooperativas, promover a integração e o fortalecimento do cooperativismo, além de fomentar e orientar a constituição de novas cooperativas (OCB, 2012).

Segundo a OCB (2012) o SESCOOP¹³ é a instituição responsável pela formação profissional dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras, sendo que, em cada Estado, o sistema possui uma organização denominada Organização das Cooperativas do Estado - OCE e também uma unidade do SESCOOP.

¹³ O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP - é uma entidade voltada para capacitação dos profissionais de cooperativas.

No Brasil, segundo a OCB (2012), houve um aumento de praticamente 4% no total de cooperados no país; significando que 370 mil brasileiros se associaram a uma cooperativa no último exercício. Dos 13 ramos de atuação do segmento, o Crédito é o que mais se destaca nesse indicador, respondendo por quase 50% da totalidade dos associados do país (4,9 milhões). Sucessivamente, destacam-se o ramo Consumo (2,7 milhões) e o Agropecuário (966 mil). Vale destacar ainda os ramos de atuação abaixo:

- Agropecuário: composto por cooperativas de produtores rurais ou agropecuários, em que os meios de produção pertencem ao cooperado, abrange atividades diversas e possui boa participação no PIB.
- Consumo: compreende as cooperativas com atividade de compra em comum. É o ramo mais antigo do país.
- Crédito: composto por cooperativas destinadas a promover poupança e financiar necessidades dos cooperados.
- Educacional: formado pelas cooperativas de professores, que se organizam para prestar serviços educacionais.
- Especiais: cooperativas criadas para organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos, para atender pessoas com necessidades especiais, egressos entre outros.
- Habitacional: cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais.
- Infraestrutura: focada a atender diretamente o quadro social, como as de eletrificação rural.
- Mineral: finalidade de pesquisar, extrair, lavrar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
- Produção: cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos.
- Saúde: cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana.
- Trabalho: dedicam-se à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não contemplados em outros ramos.
- Transportes: cooperativas que atuam no transportes de cargas e

passageiros.

- Turismo e lazer: cooperativas que prestam serviços turístico, artístico, de entretenimento, de esportes e de hotelaria.

Todavia, o presente trabalho irá focalizar somente o assunto das cooperativas do ramo agropecuário neste projeto.

3.2 COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO EM MATO GROSSO DO SUL

O cooperativismo no Estado de Mato Grosso do Sul (MS) tem suas origens na década de 30 com os imigrantes japoneses e com o ciclo da erva mate. Segundo Piva (2001), o dia 5 de maio de 1935 seria o marco com a constituição da Cooperativa Agrícola de Campo Grande Ltda (COOPGRANDE), por 152 imigrantes japoneses da região de Okinawa, cujo objetivo era o beneficiamento e comercialização de café, arroz, milho, feijão e batatinha.

Já o ciclo da erva-mate teve seu início em 1939, quando são criadas cooperativas de produtores de erva-mate nos municípios de Amambai, Dourados, Iguatemi e Ponta Porã e, como consequência, constituída a Federação de Produtores de Mate Amambaí Ltda (COPEMA). De acordo com Piva (2001), em 1966, houve, porém, o desmoronamento das organizações cooperativas devido à Argentina não mais comprar o mate brasileiro, o que, consequentemente, provocou o fechamento do mercado do mate.

O relato das primeiras cooperativas agropecuárias brasileiras, segundo a OCB (2012) é que foram organizadas em Minas Gerais a partir de 1907, com o objetivo de eliminar intermediários da produção agrícola. As cooperativas agropecuárias também foram surgindo no Sul do Brasil, principalmente nas comunidades de origens alemã e italiana, que já conheciam o sistema europeu; e se dividiam conforme os tipos dos produtos com os quais trabalham. Muitas são mistas, ou seja, têm mais de uma seção: a de compras em comum (para compra de insumos, adubos, sementes, instrumentos, entre outros) e a de vendas em comum (venda dos produtos dos cooperados).

Piva (2001) explica que o desenvolvimento e a expansão do cooperativismo só se consolidaram com a colonização de Mato Grosso do Sul - MS por agricultores da região sul do país, os quais trouxeram consigo as cooperativas:

Cooperativa Agropecuária & Industrial (COTRIJUI) e Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo Ltda (COTRISA). E complementa que

Atentos ao potencial que é a cooperação os produtores se organizam e criam cooperativas de eletrificação rural e de crédito rural. No meio urbano é notado esse potencial e começam a ser criadas cooperativas de trabalho, saúde, habitacional, crédito mútuo, etc (PIVA, 2001 p. 15).

Nota-se que o cooperativismo agropecuário expande-se por todo o território nacional, sendo reconhecido pela sociedade brasileira por sua participação significativa nas exportações e abastecimento do mercado interno, por meio da oferta de assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos e, em determinados casos, a assistência social e educacional dos cooperados. As cooperativas agropecuárias desenvolvem hoje o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro.

Segundo resalta Machado Filho *et.al.* (2003, p. 3):

O sistema cooperativista agroindustrial caracteriza-se pela associação de um grupo de (normalmente pequenos) produtores, em geral com uma base cultural comum, voltados para algumas atividades agrícolas específicas, que se reúnem sob um arcabouço organizacional e institucional próprio, a cooperativa singular.

As cooperativas denominadas singulares incorporam produtores e procuram melhorar a competitividade desse produtor. Determinadas vezes, essas cooperativas se reincorporam e dão origem às cooperativas centrais, a fim de realizar de investimentos ou buscar vantagens mercadológicas.

Duarte (2011, p. 1) acrescenta que:

Mato Grosso do Sul, o cooperativismo cresce com o vigor e a inquietude de um jovem que está sempre em busca do aperfeiçoamento e da inovação. Os ramos agropecuário e crédito têm liderado esse crescimento. As cooperativas reafirmam seu compromisso com o desenvolvimento econômico sustentável dos associados e da sociedade.

Para a expansão do cooperativismo em MS surge o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras de Mato Grosso do Sul (OCB/MS). Essa organização é caracterizada como órgão de representação do cooperativismo sul-mato-grossense, sendo de sociedade civil, sem fins lucrativos, filiada à OCB

nacional. Constituída no dia 7 de junho de 1979, com a finalidade de integrar o sistema cooperativista sul-mato-grossense, promover e desenvolver o cooperativismo, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das sociedades cooperativistas e de seus integrantes.

Duarte (2011, p. 12) afirma essa expansão quando relata que:

É o caso, por exemplo, do Mato Grosso do Sul, onde a OCB/MS estima, para este ano, um crescimento de 25% no faturamento operacional bruto das cooperativas que, em 2010, chegou a R\$ 1,7 bilhão. [...] Esse cenário de expansão não se restringe apenas aos indicadores econômicos. As cooperativas surgem oferecendo também soluções para novas demandas da sociedade, como acontece no Distrito Federal, com o sucesso das cooperativas de *home care*, de ensino de línguas e de lazer e turismo.

A OCB é administrada por um Conselho Diretor composto por cinco representantes dos ramos econômicos de atuação das cooperativas. Com base na atual lista da OCB/MS, as cooperativas filiadas, em seus respectivos ramos são: agropecuário, saúde, crédito, infraestrutura, trabalho, habitacional (OCB/MS, 2012).

Para tanto, percebe-se o entusiasmo no setor cooperativista para a expansão do Estado de Mato Grosso do Sul, que será enfatizado no próximo item.

3.3 REDE DE COOPERAÇÃO PRODUTIVA - COOPERAÇÃO NO SETOR AGROPECUÁRIO

As cooperativas agropecuárias mostram boa posição no cenário nacional. A OCB aponta que as cooperativas agrícolas têm se destacado na comercialização de produtos, geração de empregos, exportações de produtos, inclusive industrializados.

Ainda considerando dados do Censo das Cooperativas Brasileiras (OCB), no Brasil em 2011, havia 6.576 cooperativas agropecuárias, com mais de 10 milhões de membros. Elas representam cerca de 6% do PIB nacional e são associadas à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. A economia solidária, em 2007, era formada por mais de 21.859 organizações, sendo 2.115 cooperativas e 11.326 associações, que são fundamentais na criação de

emprego e de renda em várias regiões pobres do país. Em 2012, o setor contabilizou praticamente US\$ 6 bilhões em exportações, sendo 98% dessa pauta oriundos do ramo agropecuário. Os complexos: sucroalcooleiro, soja e carnes concentraram as vendas do cooperativismo a outros países - com US\$ 2,32 bilhões, US\$ 1,1 bilhão e US\$ 986.3 milhões, respectivamente.

O censo relata que em 2012 houve um aumento no percentual de soja e do milho no recebimento de grãos das cooperativas no Estado de Mato Grosso do Sul. Em 2012, a produção nacional do grão diminuiu mais de 9,2 milhões de toneladas frente ao ano anterior. Em contrapartida, a previsão para 2013 é de grande aumento na produção da soja, pois a área a ser colhida é 8,9% superior (+2.223.961 ha), à colhida em 2012. No estado do Mato Grosso, maior produtor de soja do país, a expectativa de colheita é 10,3% (24.096.931 t) maior que a colheita anterior. Na região Sul, que sofreu com a seca em 2012, a expectativa de aumento da produção está em 99,3% no Rio Grande do Sul, 51,1% em Santa Catarina e 38,0% no Paraná. Na região Nordeste, Piauí, Maranhão e Bahia, somados, esperam produzir um total de 7.305.532 toneladas. Já na safra de milho verificou-se uma produção de 35,7 milhões de toneladas, 7,2% maior que a observada em 2012, com expectativa de aumento para o ano de 2013.

O Censo (2012) ainda mostra que o sistema de cooperativismo teve um grande avanço em 2012, fechando o ano com o aumento considerado de associados e empregados, seguindo a tendência do sistema cooperativismo brasileiro, reunindo no último ano quase 125 mil cooperados e 5,1 mil funcionários, com crescimento de 17% e 14%, simultaneamente, visto que, em 2011, o sistema computava com um pouco mais de 106 mil cooperados e 4,5 mil empregados. O número de cooperativas contabilizou redução de 9%, saindo de 100 para 91. Todavia, vale lembrar que dessas 91 cooperativas em 2012, 5 estão em processo de liquidação, devido à paralisação das atividades ou sendo incorporadas por outras cooperativas.

Contudo, é evidente o avanço, bem como as perspectivas para a agropecuária sul-mato-grossense; pois fica claro que esses avanços por meio da cooperação, apontado pelo Censo (2012), é definida como um pré-requisito organizacional para se conseguir maiores inovações e melhores desempenhos, assim como obter soluções de alguns problemas ou mesmo compartilhar riscos ao

entrar em novos mercados econômicos e reduzir custos em investimentos tecnológicos. As redes interorganizacionais, segundo Daft (2008), operam como uma espécie de rede de segurança que incentiva o investimento de longo prazo, podendo alcançar níveis mais altos de inovação e desempenho, conforme aprendem a mudar de um quadro mental de adversários para um quadro de parcerias.

Assim sendo, as Redes de Cooperação, são as alternativas efetivas para determinados atores sociais e ainda ferramenta indispensável para o desenvolvimento das relações sociais, políticas e interorganizacionais, que unem forças em busca de grandes objetivos e competitividades.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Para a coleta de dados na cooperativa COPPER (antigo PRODECER II) foi utilizada a técnica de história oral via entrevistas.

Com relação à coleta de dados na pesquisa qualitativa, o presente estudo considerou o modelo proposto por Günther (2006, p. 202) “a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretadas hermeneuticamente”.

Para Günther (2006, p. 205), existem quatro maneiras de coleta de dados: “a) dados verbais por meio de entrevista centrada num problema, b) entrevista narrativa, c) grupo de discussão e d) dados visuais por meio da observação participante”. Assim, o levantamento de informações, foi obtido na cooperativa pesquisada, pela coleta de dados verbais por meio de entrevista centrada em um problema.

As entrevistas foram realizadas com 16 colonos remanescentes do total de 34, perfazendo 47,06% entrevistados. O foco inicial dos relatos foi sobre o projeto agrícola PRODECER II, no ano de implantação em Água Clara, com o sorteio dos lotes, requisitos para fazer parte do projeto. Levou-se em consideração a escolaridade, quantidade de filhos e sua condição socioeconômica como moradia fixa.

Em relação à COPPER foi perguntado o motivo do colono se associar a cooperativa, quanto tempo é associado, distância da propriedade até a cooperativa e quais atividades desenvolve junto à cooperativa.

Quanto à importância da cooperativa para a organização econômica local destacou-se a comunidade focando para a saúde, educação, lazer. Também se deu importância a religião, pelo fato de a maioria ser católico.

A COPPER mantém parcerias com outros conveniados, tais como: Fundação Chapadão criada em 1997, pesquisa ligada às culturas de soja, milho e algodão, à OCB, a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

As conquistas de novos conhecimentos são relevantes para o mercado interno, resultados financeiros e melhor qualidade dos produtos.

De acordo com as entrevistas, os agricultores sugerem que haja uma criação de condições que possibilitem desenvolver uma estrutura de administração agrícola para produzir em grandes quantidades, a baixos custos, de maneira estável e contínua, produtos capazes de competir com os mercados internacionais.

O acompanhamento e compromisso do cooperado com a COPPER é também constituído pela entrega do produto e credibilidade, assim como a construção de vínculos de confiança é formada pela relação entre os cooperados, que é de suma importância. É uma certeza econômica que todos cumprem obrigações, mas com condutas de reciprocidade e cooperação.

Dessa forma, o capital social pode ser definido como:

[...] Um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se espera que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência (FUKUYAMA, 2001, p. 155).

Os aprendizados sistematizados (saberes compartilhados) são reforçados pelos cursos profissionalizantes (internos) e palestras direcionadas para os associados e funcionários. A maior parte dos agricultores do assentamento do PRODECER II são sujeitos informados sobre política, dos costumes e principalmente de seus interesses.

Rodrigues (2001 *apud* TEMP, 2004, p. 93) afirma que:

[...] a capacitação e a sintonia com as mudanças e transformações do nosso tempo como fórmula para o sistema cooperativista desenvolver-se nesse ambiente hostil da globalização e à mercê da competição internacional. Por isso e para cumprir seu papel social e econômico, a cooperativa precisa ser competitiva e eficiente porque o mercado não distingue empresas mercantis de empresas cooperativistas.

Identificou-se que muitos possuem uma formação cultural (diversidade de povos), diversificadas pela origem dos Estados de onde vieram como os

paranaenses, paulistas, mineiros, gaúchos, catarinenses (Estados dominantes); e agora precisam compartilhar seus saberes e aperfeiçoar seus conhecimentos.

Embora esse entrosamento de culturas, bem como, um plano de colonização, não possa ser analisado em todas as suas projeções deve-se levar em consideração *a priori* as alterações: culturais, econômicas e até étnicas, como modelo a ser seguido no cenário mundial; tal como, as lembranças de suas terras de origem que certamente conduzirão as histórias que os levaram a participar do Programa. Pois é perante esse tipo de colonização, que os agricultores afluíram para os novos lugares, em sua maioria, profissionais liberais, técnicos e engenheiros recém-formados, deslumbrados com a possibilidade de uma vida melhor.

Para corroborar com esse aspecto voltado à organização e à participação dos assentados em atividades coletivas, Bogo (1999, p. 137-138) relata:

[...] contribuirá para que o indivíduo dê os primeiros passos na formação de uma nova consciência social a partir da prática de novos hábitos e valores e, posteriormente, através da organicidade e de sua própria participação, adquira a consciência política, fazendo com que se empenhe, agora não mais para transformar os aspectos da realidade que o cerca, mas de toda a realidade que concentra injustiças e opressões dos seres

Contudo, há ainda o desafio da continuidade, voltado ao crescimento como máquinas e tecnologia, proporcionando para os agricultores uma percepção otimista com o futuro, tal como o mercado, o preço e a diversidade de produção. Igualmente, o desafio aplica-se na reformulação da política agrícola de 1990, bem como a renegociação por meio da securitização¹⁴, visto que no período o nível oficial do setor manteve-se em declínio, acarretando na eliminação dos subsídios e a redução expressiva do volume de crédito rural; com isso, os programas de sustentação de preço e garantia de renda conseguiram maior espaço, transformando-se nos principais instrumentos de apoio à agricultura.

Nesse período, foram introduzidos instrumentos privados de financiamento da produção e da comercialização de produtos agrícolas, como opção ao crédito rural com o objetivo de diminuir ônus, do Tesouro Nacional como a

¹⁴ Todavia, somente em 30 de novembro de 1995 foi aprovada a Lei nº 9.138 que, em seu artigo quinto, autorizou as instituições financeiras a PRODECER ao alongamento das dívidas originárias de crédito rural, adquiridas por produtores, através do processo denominado de securitização. A securitização é a conversão de empréstimos bancários e outros ativos em títulos. É o plano de alongamento das dívidas advindas do crédito rural.

política de financiamento e apoio à agricultura como lembra o próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA):

Essas modificações foram importantes no sentido de viabilizar o ajustamento do setor a um ambiente macroeconômico adversa caracterizado por elevadas taxas de juros, acentuada defasagem e abertura comercial, o que expôs o agronegócio brasileiro a uma acirrada concorrência com os produtos importados. Por outro lado, contribuiu para a modernização do setor e elevação de níveis de produtividade e competitividade (BRASIL, 2007, p. 9).

Os principais problemas que os cooperados enfrentam foram mostrados mediante as narrativas produzidas na entrevista voltadas para as constantes alterações do clima que não é favorável à política agrícola de preços e a falta de qualificação técnica dos operadores das máquinas agrícolas e a securitização (débitos agrícolas).

Um conjunto de ações voltadas para o planejamento, financiamento e seguro da produção constitui a base da Política do Ministério da Agricultura.

Mas, para que tudo isso dê certo, lembra Freitas, é necessário resolver o problema de confiança da agricultura. 'É preciso regulamentar o Fundo Garantidor do Crédito (FGC). Isto diminuirá a taxa de risco dos associados no momento da tomada de um novo crédito'. E complementa: 'o setor também gostaria de ver uma redução da taxa de juros do crédito rural na mesma proporção que a taxa Selic' (OCB/MS, 2012).

Na área de gestão de risco, linhas de créditos, subsídios econômicos e levantamento de dados, o apoio do Estado acompanha todas as fases do ciclo produtivo. Essas ações dividem-se em três grandes linhas de atuação: gestão de risco rural, crédito e comercialização.

A gestão de risco rural realiza-se em duas frentes: antes de iniciar o cultivo, o agricultor conta com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático. Essa ferramenta tecnológica indica o melhor período para se plantar em cada município, conforme análise histórica do comportamento do clima. E, para proteger dos prejuízos causados por eventos climáticos adversos, o produtor pode contratar o Seguro Rural com parte do prêmio subsidiado pelo Ministério. As políticas de mobilização de recursos viabilizam os riscos do plantio. O homem do campo tem acesso à linha de crédito para custeio, investimentos e comercialização (BRASIL, 2012).

Durante o período das entrevistas com os agricultores remanescentes não foi encontrado nenhum colono que desistiu do projeto. Mas os que permanecem até hoje em seus lotes afirmam que os que desistiram não se adaptaram ao novo cenário, isto é, o Estado do Paraná era muito diferente do Estado do Mato Grosso, principalmente em relação ao clima, falta de infraestrutura e saudades dos familiares. Alguns desses colonos que desistiram não tinham conhecimento agrícola, somente os pais tinham então não possuíam tendência cultural de plantar soja.

Outro fator determinante da desistência foi climático, nos dois primeiros anos ocorreu uma grande seca e logo em seguida começou a vencer as parcelas do financiamento do lote, ocasionando endividamento.

Para Coelho (2001), são várias as razões econômicas que levam os governos a atuarem nos mercados agropecuários por meio das políticas agrícolas. Entre elas, a melhoria na alocação de recursos, a redução na flutuação na renda e a garantia de segurança alimentar.

Diante do exposto deve-se observar que o Brasil é um país em desenvolvimento e os objetivos das políticas agrícolas são mais desafiadores, pois a renda dos produtores vive em constante oscilação devido à queda do nível de produção não perdoado pelo mercado que tem a exigência de produtividade e qualidade de produtos.

4.1 A COPPER E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local é um processo de transformação social, cultural, econômico e político em que os maiores beneficiários serão os indivíduos de uma sociedade. Favoretto (2012) relata que a COPPER é uma instituição que promove a formação e o fortalecimento do capital social local. É uma cooperativa de livre adesão de pessoas que estejam aptas para participar do objeto para o qual foi constituída e, dessa forma, para ser cooperado tem de ser agricultor.

Pereira (1985 *apud* ÁVILA, 2001, p. 20), refere-se aos benefícios de transformação da sociedade, afirmando que desenvolvimento:

É um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social

global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações.

Segundo Favoretto (2012), essas transformações na cooperativa contribuem para a evolução dos cooperados em duas dimensões; na parte econômica: na hora que oferece produtos de boa qualidade - e na social: ofertando melhores condições de vida, na promoção da qualidade de vida, além de produzir melhoria da renda com a disponibilidade da venda de gado e soja no mercado. Na evolução social desenvolvem-se e interagem adquirindo novos conhecimentos por meio de palestras e cursos oferecidos pela OCB/MS para aperfeiçoamento da agricultura e pecuária. Nessa participação em cursos, palestras e capacitação técnica pelos eventos e comitês há uma aproximação e contato com outras cooperativas.

O entrevistado Valdir Teruo Takachi ou Sr. Taku (como é conhecido no projeto) entendeu que devido às condições climáticas só se conseguia cultivar soja e milho uma vez ao ano e não era suficiente para o seu sustento e de sua família. O mesmo teve a ideia de diversificar e começou a plantar seringueiras para complementar a renda (Figura 7). Com esse empreendimento teve um aumento na produtividade no mesmo espaço.

Figura 7 - Plantação de seringueira



Fonte: Acervo particular da autora (2013).

Atualmente a margem de lucro do produtor agrícola é restrita. Para que a propriedade sobreviva economicamente é necessário diversificar as áreas de produção. Nesse sentido é possível planejar as culturas já existentes, buscando complementar a atividade da coleta de látex das seringueiras (BERNARDES; BATISTA, 2010).

Ao compartilhar o êxito de sua produção com os demais assentados ambos entenderam que poderia ser uma alternativa viável para diminuir os atuais problemas econômicos que enfrentam por serem pequenos produtores.

Com a extração da borracha a comunidade realiza a venda em conjunto para uma fábrica de pneus. Apesar de ser uma produção primária há um bom rendimento com a produção da borracha, trazendo melhor qualidade de vida econômica e social para os assentados.

Para realizar a plantação de seringais o Sr. Taku buscou conhecimento codificado sobre esse tipo de plantio. Ao plantar em sua propriedade seus vizinhos viram que era viável e rentável e começaram a copiar a forma de plantar seringueiras.

Para análise das redes sociais baseada no capital social, Huysman e Wulf (2006, p. 12) propuseram a dimensão de habilidade cognitiva do capital social:

O seu foco é a habilidade humana de os atores conectarem cognitivamente com os outros, com o propósito de buscar entender aquilo que os outros estão se referindo quando se comunicar, ou seja, localizar-se no contexto do assunto ao qual está sendo discutido. A grande habilidade cognitiva de compartilhamento se refere em grande aspecto, ao conhecimento tácito, que é o conhecimento de difícil articulação e que depende de metáforas ou aprender fazendo para que possa ser compartilhados.

Nesse contexto o Sr. Taku mesmo na complexidade de sua comunicação com os outros assentados conseguiu espalhar sua habilidade adquirida, fazendo o cultivo da seringueira em sua propriedade; foi uma alternativa para a diminuição dos atuais problemas econômicos, fixá-los à terra, através do aumento de rendimento das propriedades e ocupação de mão de obra familiar e local.

Polany (1958) afirma que todo conhecimento é pessoal, que envolve uma busca e um compromisso, mesmo que se acredite no aspecto imparcial dessa

procura. Esse compromisso faz a ligação entre mim (quem sou) e a realidade (o aspecto universal que se entende com os outros).

Diante do exposto Polanyi tem uma preocupação com o ser humano que faz ciência, isto é, a capacidade de viver em um ambiente tomando decisões na hora certa. A experiência humana está entre o que você pode dizer e a realidade do que você não dizer que é a experiência tácita.

Já na visão de Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento explícito não são entidades totalmente separadas, e sim mutuamente complementares. Interage um com o outro e realizam trocas dos seres humanos.

Contudo, subentende-se que cada povo ou grupo social tem as suas mais diversas formas de criatividade e dinamismo, é a própria cultura que pode dar credibilidade de existência e identidade a um grupo de pessoas ou comunidade.

Dentro do contexto de desenvolvimento, cada vez mais se faz necessária a discussão da importância do capital social como um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento local acontecer. Ao se levar em consideração que cada comunidade possui suas particularidades econômicas, sociais, culturais e ambientais, essas poderão ser um instrumento importante para o progresso econômico e social, como uma forma de valorizar as riquezas culturais e materiais que as comunidades trazem consigo por meio das tradições, hábitos, costumes cultivados ao longo da história.

4.2 COMUNIDADE LOCAL

Esse assunto mostra que é possível uma cooperativa ser uma forma organização da comunidade local, sendo observado por Melo Neto e Froes (1999, p. 87) quanto à responsabilidade:

Responsabilidade social Corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo.

De acordo com Baquero (2003), o capital social ajuda a compreender o desenvolvimento, mas principalmente a formulação de políticas mais apropriadas em termos de cultura ou civilidade e, acima de tudo, das relações na sociedade.

Por isso, torna-se cada vez maior a necessidade de projetos que levem em consideração a valorização da identidade cultural da comunidade, suas particularidades e potencialidades como ferramentas para o desenvolvimento.

Todavia, neste trabalho deu-se maior atenção à herança da terra e de certos traços culturais herdados pelos seus antepassados como padrões definidos a partir de fenômenos que abrangem desde lealdade, valores e legados e familiares.

A lealdade acarreta a marca de pertencimento e comprometimento com o grupo, e essa lealdade depende também do papel dado pelo grupo ao cooperado que faz parte da comunidade.

Assim, observa-se que a terra passou a ter valor e significado no ciclo da sociedade. Conforme Tuan (1980, p. 113):

Para viver o homem deve ver algum valor em seu mundo. O agricultor não é exceção. Sua vida está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas; apesar de dura, ostenta uma sociedade que poucas ocupações podem igualar.

As considerações demonstram que o grau de reflexibilidade dos 46 colonos é imensamente variável; há momentos do ciclo da vida, da classe social, do histórico familiar, bem como, a ausência do convívio familiar, mas sempre com o objetivo de incorporar suas conquistas e transformações, atrelando sua identidade a um novo foco e a um novo cenário social num espaço novo, desconhecido e desafiador.

No entanto, mesmo com as inconstantes da vida, os agricultores (colonos) buscaram se desenvolver para se firmarem no local. A escolaridade em média dos agricultores entrevistados é o ensino médio completo e/ou ensino superior. Esse nível era uma exigência centrada nas competências e habilidades que o candidato precisava ter para participar da seleção dos agricultores que iriam fazer parte do PRODECER II. Todavia, ainda existe uma expectativa quanto ao mercado atual voltada à formação básica ou universitária que consiste em uma perspectiva que concebe o currículo como um instrumento de construção do conhecimento.

As informações coletadas voltadas à vida familiar em relação ao número de filhos por casal foram relatadas que a média é de dois filhos. O que compreende que para o padrão da família brasileira é baixo. De acordo com relatos dos entrevistados, o fato de terem poucos filhos é devido ao seu grau de esclarecimento, por se preocuparem com a criação e a educação dos filhos, principalmente, com a qualificação profissional num mercado de trabalho competitivo capitalista.

Os dados voltados à moradia fixa apresentam ganhos significativos; todos os entrevistados afirmaram que conquistaram sua moradia fixa e que consideram a casa como *lócus* de realização da família, o que está relacionado com a ideologia da unidade familiar.

Assim, neste trabalho, entende-se que a conquista da casa própria por esse grupo de agricultores como uma forma de atender a especificidade da família que se constitui entre eles, utilizando formas tradicionais de sociabilidade.

Entretanto, os relatos apontaram que apareceram novas perspectivas com a chegada da COPPER; os agricultores viram maiores possibilidades de negociação de seus produtos. São valores como a facilidade de comercialização, tomando por base a cooperação entre os agricultores, construindo uma imagem positiva e confiável, convertendo-se em benefícios materiais e morais para eles. Nesse processo, há a reciprocidade, isto é, as obrigações mútuas como dar, receber e retribuir.

Nesse sentido, os 34 cooperados entrevistados são os que constituíram inicialmente a COPPER desde a sua fundação, aprovando seu modelo de cooperativismo. Para eles, a cooperativa é fonte de orgulho que testemunham sua materialidade e a transformação econômica, trazendo benefícios para toda a comunidade. Compreendido assim, que o modelo de cooperativismo atende as necessidades e interesses específicos dos agricultores. De acordo com os depoimentos, a maioria tem perspectiva de solidariedade, ajuda recíproca e não na concorrência entre eles, mas principalmente nos valores e necessidades de cada um, aprimorando o ser humano em todas as suas dimensões econômicas, sociais e culturais. Preocupam-se com a qualidade dos seus produtos e serviços, buscando um preço justo no mercado interno brasileiro tendo como destaque a produção de soja.

Nos relatos voltados à distribuição e aquisição de lotes, apontou-se que as fazendas são de pequeno e médio porte. Alguns agricultores compraram os lotes

dos que foram embora e os que ficaram foram incluídos pelos 34 agricultores remanescentes do antigo programa, foram adquiridos por terceiros. A média de tamanho das áreas é de 600 hectares, ressaltando ainda que a distância das propriedades até a cooperativa é, em média, de 5 km.

Pode-se destacar então que a COPPER teve significativa importância para a comunidade local, tendo destaque a escola, posto de saúde, igreja e um campo de futebol para interação com outras comunidades.

Ainda se destaca a manutenção de um posto de saúde no local, que tem por finalidade dar informação e diagnóstico das condições de saúde das pessoas da comunidade, sendo elaborada uma agenda local para a equipe médica, subsidiada pela prefeitura do Paraíso das Águas possa atender as pessoas na comunidade (Figura 8).

O que chamou atenção foi a abordagem familiar: para a equipe médica, a participação social é de suma importância. É pela da inserção primária, como: o conhecimento das ervas medicinais, da importância da água tratada, da higiene pessoal, alimentar e ambiental, visto que é um local de muita poeira. Todavia, com as maneiras particulares de se prevenirem contra doenças contagiosas é que se pode buscar uma identificação detalhada, aprofundando nos assuntos de doenças com diagnósticos mais precisos, realizados pelos médicos que atendem a comunidade.

Figura 8 - Posto de saúde da comunidade



Foto: Dal Lago (2012).

Quanto à questão educacional é relevante enfatizar a importância da escola na comunidade, pois significa um fortalecimento de um sistema educacional descentralizado, com uma autonomia administrativa e financeira organizada pelos próprios cooperados (Figura 9). A escola nasceu com o local e não para o local e é mediadora da aprendizagem do trabalho coletivo dos agricultores, pensando na própria realidade com os recursos que possuem, mas que estão inseridos num processo como um todo para uma melhor educação.

Figura 9 - Escola Municipal



Foto: Dal Lago (2012).

Freire (1983), em sua teoria pedagógica, defende que a conscientização está baseada na relação consciência-mundo, e implica transformar o mundo, é inserção crítica na história e exige que os sujeitos criem a própria existência com aquilo que o mundo dispõe. É o pensamento do homem sobre a realidade que vai possibilitá-lo a tomar uma consciência crítica, que lhe permite decisões, escolhas, liberdades, pois se não tiver isso, a sua educação fará dele um ser domesticado, desconectado da realidade.

Entende-se que a escola faz parte de planejamentos inseridos nos gastos e investimentos públicos da Prefeitura de Paraíso das Águas (MS), avaliando metas e levantamento de problemas locais.

A comunidade tem compromisso relevante com as crianças em idade escolar, propiciando condições necessárias para a construção de uma escola de

qualidade. A importância dessa escola estava ligada diretamente com os problemas de as crianças terem de se deslocar para a cidade, o que era inviável pelo tempo gasto entre ida e vinda no percurso escola-casa. Mas também é imprescindível a colaboração da prefeitura para subsidiar custos e professores para administrar as aulas.

Diante desse contexto, presume-se que se deve levar em consideração o vocabulário dos grupos com que se trabalha na comunidade, considerar situações locais e próprias que abram perspectivas de análise de seus problemas.

Voltada ao esporte e lazer, a comunidade possui um campo de futebol onde são realizados jogos para interação de comunidades próximas (Figura 10).

Figura 10 - Campo de futebol



Foto: Dal Lago (2012).

O futebol é um esporte praticado como uma relação de amizade entre as pessoas da comunidade e também com outras comunidades.

Giddens (1991) argumenta que a modernidade separou o espaço do lugar, o que era uma categoria única, simultânea, em que as dimensões espaciais da vida social eram caracterizadas pela presença das pessoas. O espaço é separado do lugar ao ampliar as possibilidades de relações entre outros com quem não há necessariamente contato pessoal. O lugar é familiar, delimitado, específico, concreto, onde as identidades estão estreitamente ligadas, é também fixo onde criamos raízes.

Nesse sentido, pode-se notar que a Festa Junina realizada entre os meses de junho e julho, em que ocorre encontro de famílias e amigos para saborearem comidas típicas, tais como: quentão, pipoca, bolo de milho, pé de moleque e outras, fortalecem os vínculos por meio de seus hábitos alimentares.

A fé e a crença também são destacadas no local por meio da igreja católica representada pelo catolicismo como religião dominante (Figura 11). Para os religiosos cristãos, a igreja concebe um saber iluminado pela fé, diálogo com todos, continuidade e renovação do crescimento humano e espiritual, pessoal e comunitário.

A comunidade tem como princípios e valores a dignidade da pessoa humana, respeito à vida e solidariedade com o próximo.

Pode-se afirmar que a igreja não tem vínculo com o Estado, partido político, grupos étnicos, mas pensa na pessoa humana como ser único criado à imagem e semelhança de Deus. Uma sociedade só será justa se souber respeitar a dignidade da pessoa humana, nesse aspecto, a igreja colabora com a comunidade.

Para a doutrina social da igreja, o objetivo último de toda ação social é o desenvolvimento humano integral, ou seja, permitir que o desenvolvimento de todas as dimensões da pessoa (material, afetiva, social, espiritual) chegue igualmente a todos na sociedade (SANTOS *et al.*, 2010).

Figura 7 - Igreja



Foto: Dal Lago (2012).

No entanto, pode-se afirmar que só se tem um novo olhar para aquilo que desperta alguma curiosidade; ao visitar a comunidade, a casa me chamou atenção por ser uma construção antiga. Ela representa uma herança, um compromisso de cada agricultor de conservá-la, pois é uma contribuição para filhos e familiares.

Figura 8- Casa antiga da comunidade



Foto: Dal Lago (2012).

A importância desse patrimônio (Figura 12) para os agricultores é um reconhecimento da comunidade em preservá-lo. Não é um tombamento pelo poder público, mas a comunidade a conserva, pois faz parte da história de cada um que chegou para trabalhar as terras do cerrado e que deve ser visto por quem chega à comunidade.

A construção da casa é um reflexo de seus antepassados que ficaram para trás, mas que é lembrado toda vez que olham a casa de madeira.

O local, a comunidade, a família são próximos e tendem a dar segurança e proteção. Os encontros na igreja são harmônicos e solidários, as confraternizações os aproximam. A vizinhança caracteriza-se pela vida em comum, nascendo um sentimento de confiança e pertencimento.

Lembrado por Buber (1987, p. 34) quando define comunidade:

A comunidade que imaginamos é somente uma expressão de transbordante anseio pela vida em sua totalidade. Toda vida nasce de comunidades e aspira a comunidades. A comunidade é fim e fonte de vida. Nossos sentimentos de vida os que nos mostram o parentesco e a comunidade de toda a vida do mundo, não podem ser

exercitados totalmente não ser em comunidade. E em uma comunidade pura nada podemos criar que, não intensifica o poder, o sentido e o valor a vida. Vida e comunidade são dois lados de um mesmo ser. E tem-se o privilégio de tomar e oferecer a ambos de modo claro: vida por anseio à vida, comunidade por anseio à comunidade.

Nesse sentido, Palácios (2001, p. 7) ressalta que:

O sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma comunidade, desencadeia-se da localização: é possível pertencer à distância. Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outro lado (a distancia), mas possibilita a coexistência de ambas as formas com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas.

Santos (2006, p. 62) trata o espaço como o habitat do homem e seu lugar de vida, sendo esse espaço o originador do seu espaço definindo:

Um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, redefinir cada lugar, os fluxos são um resultado do direto e indireto das ações que atravessam ou, se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam.

Contudo, percebe-se que cada pessoa tem algo específico dentro de uma comunidade. Elas possuem princípios, ordens e padrões de comportamentos, constituindo, portanto, uma forma de pertencer ao grupo, isto é, um sentimento de pertencimento.

4.3 ANÁLISE DAS ATAS DAS ASSEMBLEIAS ORDINÁRIAS DA COPPER

Para a obtenção dos dados das atas, levou-se em consideração a agropecuária com seus valores agregados, o grau de complexidade dos mercados com os quais vinculam as áreas que são cultivadas com opções primárias como boi e soja e também a escala média gerenciada pelos grupos familiares dos associados.

As lideranças são produtores que cultivam soja, milho e pecuária. Os requisitos para o produtor ser um associado são:

- Ter área rural;

- Possuir inscrição estadual;
- Apresentar dados pessoais, e,
- Ter imóvel próximo à COPPER para comodidade do produtor.

Assim denominada, a Assembleia Geral é o foro deliberativo em que são discutidos os principais temas de interesse dos 99 (noventa e nove) cooperados para tomada de decisões.

As Atas¹⁵ de reuniões apresentam elementos essenciais como dia, mês, ano, bem como, local da assembleia, lista de presença, pessoa que secretariou os trabalhos, ordem do dia, deliberações, encerramento, e ainda, assinatura do presidente e do secretário.

Considerou-se também a importância das atas, por terem a participação de todos os cooperados, com assinaturas e, posteriormente, registradas em cartório. Esse registro torna-se um documento oficial para evitar que, no futuro, algum cooperado venha alegar que não sabia de determinada decisão.

De acordo com a descrição da ata, os cooperados presentes definiram objetivos como a melhoria no sistema e na forma da administração. Priorizaram metas, apresentando prestação de contas pelo Conselho Fiscal e Administrativo da Cooperativa. Logo, compartilharam ideias para credenciar a COPPER junto à CONAB, sendo aprovado por unanimidade, para que haja um comprometimento de todos os presentes.

Nota-se que a aprovação de algum tema dos cooperados presentes em uma Assembleia (quando é por unanimidade) há uma demonstração de solidariedade característica de um dos princípios de uma cooperativa, ficando demonstrado na reunião quando foram discutidos os interesses comuns, tais como:

- Balanços das finanças do ano anterior e atual,
- Manutenção da empresa em seu complexo físico, e
- Movimentações financeiras da empresa.

De acordo com as atas analisadas, a COPPER apresenta-se como uma cooperativa de ramo agropecuário, atuante no mercado com capitais próprios, não dependendo de financiamento pelo poder público. Mas por essa razão é necessário

¹⁵ As Atas foram importantes documentos pesquisados, uma vez que se constituem documentos primários.

um equilíbrio de modo que a empresa possa desenvolver suas atividades sem colocar em risco a sua autonomia financeira como conquista de sua autogestão.

Markovic (2001, p. 22) vem confirmar a proposta da COPPER afirmando que:

A autogestão refere-se à participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões básicas da empresa. Os meios de produção são socializados. Em sentido mais geral, a autogestão é uma forma democrática de organização de toda a economia, constituída de vários níveis de conselho e assembleias.

Confirmado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

A Constituição Federal de 1988 definiu a autogestão como uma importante conquista do movimento cooperativista brasileiro. Nesse sentido o Estado não pode interferir no sistema cooperativista a não ser para prestar apoio técnico e ou financeiro (BRASIL, 2008, p. 29).

Logo, compreende-se que os cooperados atuais buscam por uma alternativa, um tipo de sociedade com base em novas formas de liderança, adesão facilitadora, bem como assembleias e decisões democráticas.

Percebendo-se essa vontade de novas lideranças os cooperados (remanescentes do PRODECER II) quando questionados sobre o motivo de se associar à cooperativa, obteve-se como resposta: 70% dos produtores responderam que era em função da facilidade de comercialização; podendo se assegurar que a vinculação do produtor à COPPER é basicamente por laços econômicos. Acrescenta-se ainda que o tempo de vinculação dos cooperados remanescentes do projeto é desde a fundação, isto é há mais de 15 anos.

Esse fato é compreendido pelos laços de confiança e credibilidade que o cooperado depositou na COPPER e esta, por sua vez, contribui, superando as expectativas e garantindo o fortalecimento do capital social da comunidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscaram-se, na bibliografia especializada, conceitos que levassem a abordar e a refletir sobre as políticas públicas do PRODECER II para o desenvolvimento local na Cooper.

Assim, pôde-se compreender imediatamente que o avanço da agropecuária sobre o Cerrado e o Centro-Oeste foi um processo marcado por disputas pela posse da terra, entre projetos territoriais sojícolas e projetos agropecuários familiares; mobilização de recursos institucionais para a formalização de modelos de apropriação do espaço como o PRODECER, bem como seus recursos naturais, que representou uma atribuição de novos significados a acontecimentos com a mudança de grande propriedade.

No entanto, o aproveitamento intensivo do Cerrado, nos moldes propostos pelo projeto Prodecercer, trouxe um forte impacto ao conjunto da economia nacional e da comunidade local, cabendo ser repensado, embasado nas estratégias nacionais, na busca de uma solução para adequar os problemas encontrados na agropecuária, a fim de beneficiar as safras agrícolas com políticas agrícolas de planejamento e logísticas para alavancar mais agricultores no mercado.

Os processos de territorialização, entre 1985 e 2012, remetem às contradições e às concordâncias entre os grupos sociais e seus respectivos projetos para o desenvolvimento local, principalmente, no setor da agropecuária, que representa nesse período diferentes poderes, com grandes oscilações no mercado consumidor e pela falta de apoio entre os atores sociais.

No entanto, com a vinda da OCB/MS, houve uma melhor adequação para a comercialização e propulsão dos produtos, uma vez que o sindicato proporcionou melhores recursos aos associados cooperados.

De tal modo, percebe-se que, no âmbito da produção, a COPPER, por meio do cooperativismo, está propiciando direta e indiretamente o desenvolvimento

local no município de Paraíso das Águas, bem como nas regiões próximas a ela. Os indicadores do cooperativismo do Centro-Oeste são, em geral, “positivos”. Haja vista que ainda era Água Clara e não Paraíso das Águas (MS).

A COOPER, com intermédio da OCB/MS, acomoda uma organização que juntas buscam contribuir para a geração de renda, organização local e ainda promove o desenvolvimento socioeconômico da região.

Porém, há ainda muitos desafios pela frente. É de conhecimento comum, entre as lideranças do setor agropecuário no Estado, a necessidade de ampliar cada vez mais os investimentos na profissionalização da gestão e no mundo tecnológico. Por isso, a SESCOOP/MS, observando essas necessidades, convida os cooperados a viver em constante aprimoramento, uma vez que em um mundo globalizado e de decisões rápidas, é preciso estar preparado para atender com agilidade às exigências do mercado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: MDA, NEAD, Consultoria IICA 940/98, 1998.

ALBAGLI, Sarita. **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Relume Dumará, 2004.

AMARAL FILHO, J. . O capital social como fator endógeno do desenvolvimento. In: ROJAS, VERGARA, Patrício Antônio (Org.). **Desenvolvimento endógeno**: um novo paradigma para a gestão local e regional. Fortaleza: IADH - GESPAR, 2004, p. 375-409.

ARAGUSUKU, Juliano Akira de Souza. Relações Brasil-Japão durante o governo Geisel (1974-1979). **Revista Ciências e Letras**, Porto Alegre, n.48, p-97-116, jul/dez., 2010. Disponível em: <http://blogbrasilnomundo.files.wordpress.com/2013/09/re_lac3a7c3b5es-brasil-japc3a3o-durante-o-governo-geisel-1974-1979.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2012.

ÁVILA, V. F. *et al.* **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2.ed. Campo Grande: UCDB, 2001.

BAQUERO, Marcelo. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação da política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, n. 21, p. 83-108, Nov., 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

BARBOSA, A. J. Outros espaços: África do Norte Oriente Próximo, Continente Asiático e Japão nas Relações Internacionais do Brasil. In: CERVO, Amado Luiz (org.). **O desafio internacional**: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília. UnB, 1994. p. 333-350.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

BEBBINGTON, A. **Estratégias de vida y estrategias de intervención**: el capital social y los programas de superación de la pobreza. CEPAL. Santiago do Chile: ed. Arraigada, 2005.

BENATO, J.V.A. **Cooperativas e sua administração**. São Paulo: OCESP, 1995.

BERNARDES, M.S.; BATISTA, A. F. **Seringueira** - Cultivo. Casa do Produtor Rural - ESALQ/USP, Piracicaba, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.agro.unitau.br.8080/dspace/bitstream/2315/186/1/cr+775++seringueira+_+cultivo.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2014.

BERTHOME, J; MERCOIRET, M. Organização dos pequenos agricultores. In: SPERRY, Suzana. **Organização dos produtores**. Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia: Brasília, DF, 1999, 166p. (Série Agricultura Familiar, 3).

BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BRAGA, C.; LAGES, V.; MORELLI, G. (Orgs.). Território e territorialidade. In: **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Ignacy Sachs, prefácio. - Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Agência de Cooperação Internacional do Japão. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados**. Estudo de Avaliação Conjunta - Relatório Geral, nº 48. Brasília, janeiro de 2002.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **PRODECER**. 2004. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/pesquisa?termo=prodecer&tipoPesquisa=todos>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/pesquisa?termo=PLANO+DE+NEGOCIO+2007&tipoPesquisa=todos>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/SDC/DENACOOOP, 2008. 48 p

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Política agrícola**. 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regio nes/sur/brasil/Paginas/Tema.aspx?Destaque=1&Tema=Agroneg%C3%B3cio%20e%20Com%C3%A9rcio>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

BUARQUE, S. C.; BEZERRA, L. **Projeto de desenvolvimento municipal sustentável** - bases referenciais. Projeto Áridas, Recife, dez., mimeo, 1994.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BUSCHBACHER, R. (Coord.). **Expansão agrícola e perda da biodiversidade no cerrado** (Origens históricas e o papel do comércio internacional). Brasília, DF: WWF - Fundo Mundial para a Natureza, 2000. 98p.

CÂMARA DO JAPÃO. **Presidente da Campo realiza palestra sobre Prodecer.** Disponível em: <http://www.camaradojapao.org.br/japanese/index.php?option=com_content&view=article&id=552:presidente-da-campo-realiza-palestra-sobre-prodecer&catid=14:notas-da-cra&Itemid=500004>. Acesso em: 10 out. 2012.

CAMPO. **Prodecer.** Disponível em: <<http://www.campo.com.br/?s=prodecer>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

CARUSO, Rubens. **The Brazilian Cerrado: Development, Conservation and Sustainability.** Campinas: Fundação Cargill, 1997. 112 páginas.

CASTILHOS, D. S. B. de. **Capital social e políticas públicas:** um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2814/000326468.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

CASTRO, A. A. J. F. Características da vegetação do Meio-Norte. Simpósio sobre os Cerrados do Meio-Norte, 1., 1997, Teresina. **Anais...** Teresina: EMBRAPA, CPAMN, 1997. p. 17-94.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 10, n.3, jul./ago./set., 2001. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Revista20de20Politica%20Agricola%20-%20Ano%20X%20-%20No%2003%20-%20Jul%20-%20Ago%20-%20Set%20-%202001.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

CUNHA, A. S. *et al.* **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados.** Brasília: IPEA, v. 2, 1994.

DAFT, Ricard L. **Organizações, teorias e projetos.** 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

DAL LAGO, Ariete Odete. **Caderno de pesquisa de campo.** Campo Grande: UCDB, 2012.

DORATIOTO, Francisco. F. M. O Brasil e as grandes potências no século XX (1902-1991). **Revista Múltipla**, Brasília, v.15, n.21, p. 41-69, Dez. 2006.

DUARTE, Laura M.; WEHRMANN, Magda E.. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. In: SABOURIN, Eric (org.). **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural.** Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/Núcleo de Estudos Estratégicos - UnB, 2006. Coleção cadernos do CEAM, v. 6 n. 23. 280 p

DUARTE, Vanúcia. Centro-Oeste em expansão investe na gestão profissional. **Revista gestão Cooperativa**, ano 15 - nº 52- julho/agosto 2011. Disponível em: <www.gestaocooperativa.com.br>. Acesso em: 6 nov. 2012.

FAVORETTO, João Edilson. **Diário do Senado Federal** - Suplemento. 1120, terça-feira, maio de 2010. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/>>

pdf/sf/2010/05/03052010/suplemento/01120.pdf>. Acesso em: 02 de setembro de 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção O Mundo, Hoje,v.21).

FUKUYAMA, F. Social capital, civil society and development. **Third World Quarterly**, v. 22, n. 1, p. 7-20, 2001. Disponível em: <<http://intranet.catie.ac.cr/intranet/posgrado/Met%20Cual%20Inv%20accion/Semana%206/Fukuyama.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GROOTAERT, C. *et al.* (2003). **Questionário integrado para medir capital social**. Banco Mundial, 73p. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Question%C3%A1rio%20Integrado%20para%20Medir%20Capital%20Social.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. [online]. 2006, v. 22, n.2, pp. 201-210. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

HONGO, Yutaka. **Agência de cooperação internacional do Japão**. 50 Anos de Cooperação Brasil-Japão. 2009. Disponível em: <<http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2012.

HUYSMAN, M.; WULF, V. It to Support Knowledge Sharing in Communities, Towards a Social Capital Analysis. **Journal of Information Technology**, n. 21, p. 40-51, USA, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p.1-88, fev., 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201202.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/td_1786.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2012.

JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão. **JICA no Brasil atuando como parceiro global**, março, 2011. Disponível em: <<http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/jicanobrazil2011.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

JOVEM SUL NEWS. **COOPER**. 2004. Disponível em: <<http://www.jovemsulnews.com.br/agronegocio/copper-prepara-se-para-comprar-instalacoes-da-camas>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

LAUSCHNER, Roque. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

MACHADO FILHO, Claudio A. P. *et al.* **Gestão estratégica em cooperativas agroindustriais**. IV Congresso Internacional de Economia e Gestão de Redes Agroalimentares. São Paulo: Universidade São Paulo, 2003.

MARKOVIC, M. Autogestão. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARQUELLI, R. P. **O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro**. Brasília, 2003. Monografia (Especialização em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada) - ISEA-FGV/ECOBUSINESS SCHOOL. Brasília. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIIICA/RodrigoMarouelli.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.

MASY, Rafael Carbonell de. **Estrategia de desarrollo rural en los pueblos guaraníes(1609-1767)**. Barcelona. Instituto de Cooperación Iberoamericana E.A. Bosch, 1992.

MELLO, Luiz M. M. de *et al.* Integração agricultura-pecuária em plantio direto: produção de forragem e resíduo de palha após pastejo. **Eng. Agríc.**, Jaboticabal, v. 24, n. 1, p. 121-129, jan./abr., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eagri/v24n1/v24n01a14.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

MELO NETO, Francisco; FROES, César, **Responsabilidade social & cidadania empresarial**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MULLER, Charles. Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 3, p. 45-73, 1990.

NUNES, Paulo H. F. As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n.19, p. 90-101, out., 2006.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. 2012. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp>. Acesso em: 2 dez. 2012.

_____. **História**. 2012. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/agropecuario_historia.asp>. Acesso em: 2 dez. 2012.

OCB/MS - Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul. 2012. Disponível em: <<http://www.ocbms.org.br/>>. Acesso em: 2 dez. 2012.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. **São Paulo em Perspectiva**, v.16, n.1, pp. 114-124, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n1/12129.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

OLIVEIRA, Raquel. **A história do cerrado**. [internet]. Publicado em 16/11/2009. Atualizado em 19/11/2009. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2009/11/a-historia-do-cerrado>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

OSADA, N. M. PRODECER: projetos no Cerrado e dívidas agrícolas. **Carta Asiática**. (Artigos). Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais, 1999. Disponível em: <http://www.nupri.prp.usp.br/nupri/cartasia_indice.htm>. Acesso em: 19 nov. 2012.

PALÁCIOS, Marcos. O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos. In: RUBIM, A. A. (org.). **Idade média**. Salvador: UFBA, 2001.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. São Paulo: Pioneira, 1966.

PINHO, D. B. O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro. In: **Manual de Cooperativismo**. São Paulo: CNPq, 1982.

PIVA, R. A. J. N. **Evolução dos ramos de cooperativas filiadas ao sindicato e organização das cooperativas de Mato Grosso do Sul - OCA/MS**. Campo Grande: UCDB, 2001.

POLANYI, M. **Personal Knowledge**: Towards a post-critical Philosophy. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da cooperação técnica com países em desenvolvimento - CTPD - no período 1995-2005**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Ângela Maria Parreiras. **Construção da identidade étnico-racial**: o papel da literatura infantil com protagonistas negros e histórias das culturas africanas. Rio de Janeiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

REVISTA ESCOLA. Biomas brasileiros: Parte 4 – Cerrado. Disponível em: <Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/geografia/pratica-pedagogica/biomas-brasileiros-parte-4-cerrado-553076.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2013.

RIBEIRO, C. A. A. S. R. *et al.* O desafio da delimitação de áreas de preservação permanente. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 29, n. 2, mar./abr., 2005.

ROCHA, C. M. C. da. A região dos cerrados e as pesquisas desenvolvidas pela Embrapa Cerrados. In: **Anais do Simpósio sobre os Cerrados do Meio Norte**, 1., 1997, Teresina: EMBRAPA, CPAMN, 1997. p. 57-80.

RODRIGUES, Roberto. Avançam os princípios do cooperativismo. **Jornal COAGEL**, Cascavel, n. 148, p. 11, out., 1995.

RODRIGUES, Waldecy; VASCONCELOS, Silvio Jucá; BARBIERO, Alan Kardec. Análise da efetividade socioeconômica do PRODECER III no município de Pedro Afonso, Tocantins. **Pesq. Agropec. Trop.**, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 301-306, out./dez. 2009.

RPS. **Censo cooperativismo sul-mato-grossense OCB/SESCOOP/MS**. 2012. Disponível em: <<http://www.rpspublicidade.com.br>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

SACHS, I.; LAGES, V.N. **Capital social e desenvolvimento**: novidade para quem?. 2004. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/prensa/noticias/comunicados/3/7903/sachsvinicius.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

SANT'ANNA, Nanahira de Rabelo e. **Cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre Brasil e Japão no século XXI**: contribuições para o desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Brasília, 2013.

SANTO, B. R. do E. **Os caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Evoluir, 2001.

SANTOS, Antonio Carlos Alves dos *et al.* (Orgs.). **Economia e vida na perspectiva da Encíclica Caritas In Veritate**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/fecultura/livros/pdf/livroA4.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, T. C. C.; CÂMARA, J. B. D. (Orgs.). **Geo Brasil** - perspectivas do meio ambiente no Brasil. Brasília: IBAMA, 2002. 440p.

SOUSA, Adriano A. **A territorialização das indústrias japonesas e nipo-brasileiras no Brasil**. UNESP, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <<http://in-temas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1611/1535>>. Acesso em: 15 maio 2012.

TEMP, L. H. **Cooperativismo** - ideias e tendências. Florianópolis: SESCOOP, 2004.

TESOURO NACIONAL. **Securitização**. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/mercado-interno/emissoes-diretas>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UEHARA, Alexandre R. **Relações Brasil-Japão**: aproximações e distanciamentos. Carta Asiática. Argentina, 1999. Disponível em: <<http://www.asiayargentina.com/usp-06.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

UCDB. Universidade Católica Dom Bosco. **Normas para apresentação da versão definitiva da dissertação**. 2013. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/downloads/12520-normas-apresentacao-e-qualificacao-dissertacao-dissertacao-mestrado.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

VIVATERRA. **Cerrado**. 2012. Disponível em: <<http://www.vivaterra.org.br/cerrado.htm>>. Acesso em: 28 set. 2012.

WIKIPÉDIA. **Agricultura no Brasil**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agricultura_no_Brasil?veaction=edit>. Acesso em: 5 nov. 2012.

WIKIPEDIA. **História da agricultura no Brasil**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_agricultura_no_Brasil>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ZAPATA, T. **Estratégias de desenvolvimento local**. 2005. Disponível em: <<http://www.sesirs.org.br/conferencia/conferencia2005/papers/zapata.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2012.